



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 443 - DE 14 A 28 DE OUTUBRO DE 2012 - R\$ 3,00



PT corrompido se submete ao julgamento político da burguesia



1º turno das municipais: cresce o número de nulos, brancos e abstenções

Eleições na Venezuela: Chávez vence, mas terá de fazer concessões à oposição burguesa



Oposição revolucionária a Dilma

Condenada a cúpula do PT

O julgamento do “Mensalão” chegou ao seu ápice com o Supremo Tribunal Federal (STF) concluindo que o ex-ministro da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, e o ex-presidente do PT, José Genuíno, cometeram corrupção ativa. Falta somente a decisão sobre quantos anos pegarão de cadeia e se cumprirão a pena em regime semi-aberto ou fechado.

Uma primeira consequência já se manifestou: José Genoíno se demitiu do cargo de assessor especial do Ministério da Defesa. Lembremos que o ex-guerrilheiro do PCdoB, no Araguaia, e fundador do PT, chegou a ser cogitado nos tempos áureos de seu mandato parlamentar a ser indicado para ministro da Defesa. O homem renegou a tal ponto seu passado que se tornou um protegido do ministro da Defesa Nelson Jobim, que tudo fez para evitar qualquer apuração sobre os crimes da ditadura. Caiu em desgraça com o escândalo do Mensalão, delatado em junho de 2005 pelo deputado Roberto Jefferson, do PTB, partido aliado do governo Lula.

José Dirceu, por sua vez, foi afastado do posto de ministro em junho de 2005 e teve seu mandato parlamentar cassado em dezembro. Homem forte do PT, estrategista partidário e preparado para suceder Lula, recebeu duro golpe.

Delúbio Soares, ex-tesoureiro, homem apagado, carregou todo o peso do Mensalão. Confessou a existência do trâmite com o empresário Marcos Valério, Banco Rural e Banval. Deu a versão de se tratar de finanças usadas como caixa 2 para a campanha eleitoral. Expulso do PT, logo foi reincorporado. O ex-tesoureiro já não tinha importância política no julgamento. O alvo era José Dirceu, em primeiro lugar, e o Genoíno, em segundo.

Também lembremos que a CPI dos Correios, instalada em junho de 2005, serviu ao PFL (hoje, DEM) para advogar a cassação do mandato presidencial de Lula, acusado de abrigar em seu governo a corrupção e de ter conhecimento do Mensalão. Lula reforçou a versão de caixa 2, disse que foi traído e pediu desculpa pelos erros do PT. A crise política foi superada com as cassações de mandatos parlamentares e afastamento do ministro da Casa Civil. Lula ganhou um segundo mandato. A economia estava bem para a burguesia. O sindicalismo burocrático auxiliava o governo a manter a classe operária e os camponeses em profundo refluxo e recuo. No entanto, nos bastidores do Estado continuou a correr o processo do Mensalão, saindo aparentemente da esfera política (parlamentar) para a judicial.

As pressões da oposição liderada pelo PSDB e DEM se mantiveram. O PT e seu governo trabalharam para que o envolvimento do PSDB com o “Mensalinho” de Minas Gerais servisse de moeda de troca. Ocorre que não havia interesse da burocracia e das forças oligárquicas que controlam o Estado de potencializar o escândalo peessedebista. Não demorou, explodiu o Mensalão do DEM no Distrito Federal. Caiu o governo de José Roberto Arruda e subiu um do PT. Parecia que os ventos estavam pelo do esmaecimento do Mensalão petista. Ocorre que a CPI dos Correios havia concluído com a comprovação de que houve o mensalão e o procurador da República, Antonio Fernandes de Souza, apresentaria em seguida, no mesmo mês

de abril de 2006, a denúncia contra 40 acusados de agir como quadrilha. José Dirceu é considerado mentor e chefe do Mensalão. Uma vez acatada pelo STF, o novo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, apresentou seu relatório descarregando a bateria sobre José Dirceu. A grande imprensa – Revista Veja, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, entre outros – desencadeou uma campanha feroz para que o STF apressasse o julgamento e evitasse o decurso de prazo. A palavra de ordem era de não deixar o PT escapar.

Em pleno julgamento, a Veja publicou uma matéria apontando Lula como comandante do Mensalão. A investida causou temor até mesmo nos partidários de liquidar política e moralmente José Dirceu. As pressões da imprensa tomaram a feição de uma campanha partidária. O PT, Lula e o governo Dilma se mostraram acuados. Orientaram-se pelo silêncio. O que o STF decidisse seria acatado. Tratava-se de colocar o Estado de Direito e a democracia acima de tudo, embora os petistas jurassem que cometeram a infração de caixa 2, praticada por todos os partidos, que não houve compra de parlamentares, que apenas Delúbio confessadamente era o grande responsável, que Genoíno assinou a papelada sem tomar conhecimento de toda a operação de caixa 2 e que José Dirceu estava isento de qualquer ato ilícito.

A linha impressa pelo procurador Gurgel e assumida pela esmagadora maioria dos juízes foi a de que o Mensalão se configurou como uma mega operação de arregimentação de parlamentares para a base governista mediante pagamento. O dinheiro veio de contratos e vantagens públicas à empresa de publicidade de Valério e aos dois bancos envolvidos. O PT, assim, montou um esquema de desvio de dinheiro do Estado, os empresários serviram para a lavagem e políticos de vários partidos da base aliada se locupletaram. Os petistas afirmam que emprestaram dinheiro dos Bancos, com apoio de Valério, para constituir um caixa 2 de financiamento de campanhas, com o qual favoreceu os partidos da coalizão. Caso o STF rejeitasse a versão da procuradoria-geral da República, o processo praticamente morreria. José Dirceu não seria atingido. As consequências judiciais e políticas seriam menores. Por mais que os advogados se empenhassem em provar que o dinheiro foi usado para financiar a campanha do PT e de seus aliados, o STF estava decidido a seguir o percurso traçado pelo procurador Gurgel.

O juiz Ricardo Lewandowski, encarregado de ser o revisor dos pareceres do juiz relator Joaquim Barbosa, contracenou com os argumentos de que não foi comprovado nos autos o Mensalão, ou seja, a compra de parlamentares, aceitando a versão do PT. Os votos em favor da absolvição de José Dirceu foram o do relator e o do juiz Dias Toffoli, ambos discordantes da tese do Mensalão. Dias Toffoli se encontrava em uma posição desconfortável, por ter sido subordinado a José Dirceu. Mas, quando foi aceita sua participação sem contestação, o circo já estava montado. Não havia nenhum risco de que seu voto tivesse algum valor. José Dirceu foi levado ao pelourinho antes mesmo do julgamento. Esperava apenas uma confirmação formal. Talvez os seus carrascos o poupem de alguma cena

constrangedora no dia de sua prisão.

Tribunal de exceção

José Dirceu emitiu uma nota chocha e chorosa intitulada “Ao povo brasileiro”. Reivindicou seu passado de luta contra a ditadura e acusa: “Hoje, a Suprema Corte do meu País, sob forte pressão da imprensa, me condena como corruptor, contrário ao que os autos, que clamam por justiça e registram, para sempre, a ausência de provas e a minha inocência. O Estado de Direito democrático e os princípios constitucionais não aceitam um juízo político de exceção. Lutei pela democracia e fiz dela minha razão de viver. Vou acatar a decisão, mas não me calarei.”

José Genoíno também fez seu libelo de inocência em uma Carta Aberta ao Brasil. Reclamou: “A Corte foi, sobretudo, injusta. Condenou um inocente, condenou-me sem provas”. E também denunciou o papel ativo da imprensa em sua desgraça. Em alguns lampejos, durante o caminhar do processo, se falou em voz baixa que se tratava de um ataque ao PT.

A regra de Dirceu e Genoíno foi a de individualizar, cada um com sua agonia de injustiçado, assim como faz a justiça para condenar (não se condena o partido dos corruptos, a empresa de publicidade e os bancos). Em nenhum momento, o PT se colocou por fazer uma defesa política de sua versão e uma defesa coletiva de seus militantes processados. De nada adiantou, os petistas apanharem quietinhos, pensando em não agravar a ofensiva dos ministros da “mais alta Corte”. Ficaram acuados diante da campanha furibunda da revista Veja, do O Estado de São Paulo, etc, acuados como a raposa diante dos cães dos caçadores.

Quem não viu que se tratava de uma ação política? Desde quando o Supremo é neutro, imparcial e autônomo? O PT foi colocado no banco dos réus na figura de José Dirceu e José Genoíno. O PSDB, a imprensa que lhe serve de porta-voz e a fração mais direitista da burguesia lamentam não ter podido chegar ao caudilho Lula. Isso porque fez um governo exitoso para o capital nacional e internacional, porque tem ascendência eleitoral sobre as massas, porque ainda poderá ser útil e porque não provém da esquerda pequeno-burguesa que desafiou a ditadura recorrendo às armas. Mas Dirceu e Genoíno, depois de ganharem poder e notoriedade, foram pegos nas malhas da justiça como corruptores, como formadores de quadrilha.

Não havia prova contra Dirceu. Um encontro com Marcos Valério e Delúbio Soares era apenas um indício. Nada mais poderia ser atribuído ao chefe da Casa Civil. Diferente de Genoíno que colocou sua chancela nos documentos. Então como condenar sem provas? Os ministros da Corte assumiram o denominado “domínio funcional do fato”. Não é necessário provas, bastam deduções extraídas de relações. Dirceu é a cabeça máxima do PT, sempre controlou a máquina partidária, ocupava um posto estratégico, por onde passavam as alianças, logo não poderia haver o Mensalão sem que não fosse arquitetado por ele. Essa nova maneira de julgar e condenar sem provas constitui uma mudança de jurisprudência.

A regra até então vigente era exatamente o contrário. Diante de provas, o STF livrava boa parte dos réus que ocupavam um lugar de destaque no seio da burguesia. As decisões da Corte seguem as suas próprias conveniências políticas. O caso do Mensalão é distinto de todos os demais que por ali passa-

ram. Estava em suas mãos a chance de colocar o PT em seu devido lugar. Um partido que não foi gestado diretamente pelos agentes do capital e que ousou se intrometer na disputa pelo poder entre o PSDB, PMDB e PFL (DEM) - os três grandes partidos da burguesia -, posando de reformista, ético e moralista, tinha de ser punido, assim que foi pego praticando o mesmo que o PSDB e que os demais partidos. O PT se intrometeu no histórico monopólio do poder partidário, da venalidade política e da corrupção material.

O presidente Fernando Henrique Cardoso comprou voto de parlamentares para aprovar a emenda constitucional que lhe conferia a possibilidade de um segundo mandato. É mais do que comprovado que estabeleceu negociatas entre grupos econômicos, para que se apropriassem de empresas públicas no processo de privatização. O Mensalão foi criado pelo proeminente homem do PSDB, Eduardo Azeredo. Caso o processo seguisse a ordem histórica dos fatos, o deslinde do Mensalão dos petistas seria outro. Mas nem a procuradoria-geral da República e nem o Supremo pretenderam abrir todo o bastidor da corrupção dos partidos da burguesia. Somente os tontos e os interessados admitem a explicação técnica do juiz Joaquim Barbosa de que o Mensalinho do PSDB foi denunciado no STF posteriormente ao do Mensalão.

O escândalo do PT é fichinha diante das ações do governo de Fernando H. Cardoso contra o Tesouro Nacional. Não é preciso falar muito sobre a bandalheira que são as contribuições dos empresários para os partidos, sua interferência direta nas eleições e depois nos contratos públicos. O Estado é esquadrihado por quadrilhas ligadas à burocracia estatal e aos partidos burgueses. Nada disso “sensibilizou” e nem vai mexer com a procuradoria-geral da República e com o Supremo. O tribunal de exceção que condenou José Dirceu a partir de deduções e que aceitou sem comprovação a existência da compra de parlamentares não se dirigiu a indivíduos. Trata-se de um tribunal da burguesia montada por uma de suas poderosas frações para colocar o PT em seu devido lugar, ainda que esse partido tenha dado provas de completa fidelidade ao fundamento da propriedade capitalista e da democracia burguesa.

Submissão covarde

José Dirceu se vale do passado de perseguição sofrida pela ditadura para dizer que acabou sendo crucificado no altar do Estado de Direito e da democracia. Diz que acata a decisão do Supremo. E que haverá de provar sua inocência. José Genoíno segue a mesma trilha. Mas o fato é que os dois altos dirigentes petistas ficaram o tempo todo amuados. Comportaram-se como réus que acreditam que o silêncio servirá a um julgamento justo. Estava claríssimo que as peças foram montadas para que a condenação viesse tal como queriam os opositores, a Veja, O Estado de São Paulo, etc. Quem acompanhou diariamente os noticiários teve a clara noção de que se tratava de uma novela, com seus capítulos bem determinados e com a fatídica previsibilidade. Armou-se, assim, no País, um tribunal político, sob o manto do judiciário.

O PT usou a máquina do Estado como fazem todos os partidos no poder. Não cometeu nenhum crime extraordinário. Os juizes da Corte, que sempre estiveram curvados perante o Executivo e que sempre trataram com deferência os réus burgueses e seus agentes, aproveitaram para espezinhar os petis-

tas como se fossem as escórias da política e a quadrilha que se valeu das bondades da democracia. Celso de Mello, em seu voto, jogou o PT na fossa de excremento. “Estamos a tratar de uma grande organização criminoso que se posiciona à sombra do poder, formulando e implementado medidas ilícitas, que tinham a finalidade, precisamente, da realização de um projeto de poder”. Assim, deu a tonalidade política à figura judicial de formadores de quadrilha, apresentada pela procuradoria-geral da República.

O que o PT e seu governo poderiam fazer se afinal de contas a operação subterrânea existiu? Reconheceram que violaram a lei usando o caixa 2. Mas essa violação não era uma exceção e sim a regra. Como pagar por uma transgressão que é regra? Ocorre que desde o início da crise do Mensalão ficou visível que a tese da compra de parlamentares pelo PT estava muito bem implantada. Caberia ao PT e ao seu governo lançar-se em defesa de sua versão. Deveriam questionar a lisura dos ministros do Supremo. Teriam de denunciar em campanha política o tribunal montado pela Veja, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, etc. O PT estava obrigado a vir à população denunciando a manobra política galgada pelos juizes com a teoria do domínio funcional do fato. Finalmente, o PT não poderia ter aceito a legitimidade do relatório de Gurgel e da decisão da mais alta Corte do País. Ao contrário disso, José Dirceu antecipou à sentença que o colocaria como chefe de quadrilha declarando que acatava a decisão, fosse lá o que fosse.

O PT se revelou submisso ao Estado de Direito e à democracia pela qual trabalhou. Ou seja se mostrou submisso à ditadura de classe da burguesia, às instituições putrefatas do Estado e aos ataques da oposição. O PT comportou-se com covardia diante da campanha da imprensa. E assumiu com submissão e covardia o escandaloso julgamento, que não provou a compra de deputados e não precisou de provas para condenar José Dirceu. O fundamental, porém, está no conteúdo geral da condenação expresso pela sentença do ministro Celso de Mello.

Balanço do primeiro turno das eleições municipais

Os resultados da apuração do primeiro turno das eleições municipais colocaram o PT como o partido mais votado nacionalmente, com 17,3 milhões de votos, crescimento de 4,3% em relação a 2008. Nas grandes cidades, ele ganhou oito prefeituras no primeiro turno, das quais cinco capitais, e disputará segundo turno em 22. No total, ocupa o terceiro lugar com 627 prefeituras, e foi o que mais cresceu em número de vereadores, com um aumento de mais de mil.

Os dois principais partidos de oposição burguesa, o PSDB e DEM, registraram queda nos índices de votação. O PSDB teve 4,3% votos a menos que em 2008, 13,9 milhões. Caiu 13% em número total de prefeituras, ficando com 688. Elegeu seis prefeitos nas maiores cidades e disputa segundo turno em mais 17. O DEM despencou da posição anterior: caiu de 1.028 prefeitos em 2000 para 274 nesta eleição. Pode piorar sua situação se perder a disputa em Salvador (BA) no segundo turno.

Assim, a principal conclusão que decorre desses resultados é que se mantém a influência eleitoral do governo da aliança PT/PMDB sobre as massas. A oposição burguesa (PSDB/DEM)

Tratava-se de barrar um “projeto de poder”. Essa bandeira foi levantada pela oposição e seus séquito assim que o PT e Lula chegaram à presidência da República.

Os chefes do PT traçaram sim um “projeto de poder”, contraindo uma aliança com o PMDB e ampliando-a sem limites. Para isso, foram se metendo a fundo na política burguesa. O mergulho de profundidade o levou às quadrilhas que habitam o aparato do Estado. Fez um pacto com uma delas, que havia servido ao PSDB. Ao ceder parte do poder aos quadrilheiros do PTB, o governo Lula teve a desgraça de ser atingido pelo escândalo da venda de licitação dos Correios à empresários. O malfeitor Maurício Marinho, presidente da instituição, fazia o serviço sujo a mando de Roberto Jefferson, que, vendo sua quadrilha desmoronar, delatou o Mensalão e colocou José Dirceu, seu inimigo, no centro do furacão.

Como se vê, o PT já estava banhado de excremento. O Supremo teve a tarefa de isolá-lo do restante da podridão e atribuir a ele o maior dos crimes de corrupção já praticados e por isso o maior dos julgamentos judiciais, éticos e morais que a história da República já enfrentou. Talvez por isso Lula tenha dito, em defesa mirrada de seus companheiros, que a condenação é “hipocrisia”.

O POR desde a sua origem apontou que o PT estava se corrompendo na política burguesa. Antes de cometer qualquer crime que a burguesia pudesse condená-lo, o PT cometeu o crime de traição à confiança da classe operária e dos demais oprimidos que nele confiaram e que ainda confiam. O POR não levantou a bandeira de condenação do PT e de seus dirigentes pelo STF, justamente por reconhecer que se tratava de uma disputa interburguesa no seio do Estado. Denunciou a corrupção do PT entre os trabalhadores e a juventude. E estabeleceu a posição de que somente um Tribunal Popular poderia investigar a denúncia do Mensalão e condenar os crimes contra o patrimônio público.

se enfraqueceu eleitoralmente. Embora os partidos da base aliada não sejam homogêneos, é possível afirmar que a influência eleitoral do governo petista sobre as massas, considerando o bloco de partidos de apoio ao governo, se mostrou esmagadora em relação à oposição de direita. A influência do lulismo se mantém entre as massas porque se preservam benesses materiais obtidas durante os dez anos de governo petista: crescimento do nível de emprego em relação à era FHC, ascensão social de um setor à classe média, programas assistencialistas. A crise econômica mundial ainda não afetou o Brasil suficientemente para atacar a economia de tal forma a empurrar as massas para a influência da oposição burguesa.

O uso eleitoral do mensalão

A aliança PSDB/DEM e a grande imprensa burguesa procuraram desgastar o PT com o julgamento do mensalão. Tudo foi preparado para permitir que o julgamento diluísse a base eleitoral petista. O calendário se ajustou para fazer coincidir o julgamento com a campanha eleitoral. Os procedimentos

judiciais foram burlados para colocar dirigentes petistas de conjunto no banco dos réus do STF. A imprensa orquestrou a condenação e noticiou as condenações que eram proclamadas nas chamadas “fatias” do julgamento.

Nas campanhas, principalmente em São Paulo e Salvador, o mensalão foi fartamente utilizado. PSDB/DEM associavam a condenação dos réus a uma condenação do PT e de seus candidatos.

Contrariamente ao que indicavam as pesquisas, o PT não foi substancialmente afetado pelo julgamento do mensalão. Os resultados apontam que, se houve consequências, elas foram pequenas, restritas a uma fração da classe média, diante da influência e do peso da máquina governamental do governo federal.

Retrocesso petista em Recife

O resultado mais importante contra o PT foi em Recife (PE), onde o candidato Humberto Costa despençou nas pesquisas e acabou em terceiro lugar, pondo fim a 12 anos de hegemonia petista na capital do Estado natal de Lula, e entregando a prefeitura a Geraldo Julio, apoiado pelo governador Eduardo Campos (PSB).

Depois das prévias internas do PT indicarem a tentativa de reeleição do impopular João da Costa e serem questionadas judicialmente pelo candidato a candidato Maurício Rands, a candidatura de Humberto Costa foi imposta pela direção nacional/Lula. Assim, o PT compareceu às eleições dividido, seu candidato sem respaldo interno, e o peso do governador Eduardo Campos conseguiu transformar a candidatura do PSB, que tinha 7% das intenções de voto em junho, em vencedora no 1º turno. Até Lula, criador da candidatura de Costa, decidiu abandonar o navio algumas semanas antes da eleição.

PT – partido oligárquico

Se o avanço do PT nas capitais revela o peso do governo Dilma e cacife eleitoral de Lula, seu crescimento no interior expressa a transformação do PT numa legenda burguesa como as outras. As eleições municipais têm importância política como medição de forças dos partidos visando à disputa nas eleições gerais, especialmente a presidencial. Essa importância se verifica nas disputas das prefeituras das grandes cidades. Mas os municípios em geral têm pouca participação na distribuição do orçamento público, e assim ficam na dependência do que se passa em níveis federal e estadual. Na grande maioria das cidades, a disputa a prefeito está sob um controle maior das oligarquias regionais, que utilizam os partidos como ponto de apoio às suas necessidades. Para essas oligarquias, importa pouco o que as legendas expressam politicamente em nível nacional. Nos municípios pequenos, constroem-se as alianças mais bizarras, se levar em conta as disputas nacionais. O que pesa é o aparato a ser usado pelo poder econômico local. Por isso é que o PMDB é o partido que ainda tem mais prefeitos e vereadores no país (18% do total de prefeitos, 1.018 no total), ainda que tenha caído um pouco em relação às eleições passadas. Também por isso é que não se pode contabilizar mecanicamente a votação peemedebista como uma votação pró-governo, o uso local oligárquico pode pender a favor ou contra o governo. Ainda nacionalmente, aparece em segundo lugar

o PSDB (692 prefeitos), também com pequena queda. O PT já contabiliza 627 prefeituras, portanto o terceiro lugar nacionalmente, o que mostra que já é um instrumento em uso pelas oligarquias regionais. A metamorfose do PT vai se completando, tornando-o um partido burguês como os outros.

O crescimento do PSB

O PSB foi o partido que mais cresceu nas eleições: em relação a 2008, aumentou em 51% o total de votos, atingindo 8,6 milhões de votos. Conquistou 433 prefeituras, ou 41% a mais que nas eleições passadas. No entanto, ficou atrás do PSD recém-criado por Kassab, que teve 493 prefeitos eleitos. Derrotou o PT em Recife e em Belo Horizonte. Mas não elegeu um único prefeito em Roraima, teve um prefeito no Amazonas, Acre e Rondônia, dois em Santa Catarina e seis no Rio de Janeiro. Sua maior força é no nordeste, principalmente Pernambuco, Piauí, Paraíba e Sergipe.

O PSB está longe de ser um partido homogêneo. Seu crescimento deve ser avaliado nesse quadro. Em alguns estados, é parte da base do governo Dilma, mas está em choque e luta por um lugar próprio diante da força da dupla PT/PMDB. É o caso de Pernambuco. Em outros estados, participa do governo da oposição burguesa (integra o governo Alckmin em São Paulo) e atua como instrumento antipetista, como em Belo Horizonte, onde foi manejado por Aécio Neves. Assim, também cresceu como instrumento oligárquico regional, ora em favor do governo, ora contra.

Seu fortalecimento eleitoral o eleva para a condição de peça importante na sucessão presidencial, ora como possibilidade independente do PT e PMDB, ora como aliado do PSDB. Seu destino está ligado ao destino da ascensão do governo Dilma sobre as massas.

O fenômeno do avanço das evangélicas

Em São Paulo, o candidato das igrejas evangélicas Russomanno esteve na dianteira das pesquisas eleitorais na maior parte da campanha. Expressou o avanço dessas igrejas na política, como expressão do seu crescimento econômico. Apoiadas na reação e no atraso das massas, as evangélicas elegem cada vez mais deputados, indicam ministros, têm peso decisivo nas eleições e agora se arvoram à conquista do poder executivo. A burguesia decadente se submete às imposições dos bispos, como já ocorreu na disputa presidencial quanto à questão do aborto. A proximidade da conquista da vitória em São Paulo só foi afastada pela pressão do aparato dos maiores partidos, que ao final da campanha atacaram Russomanno, levantamento seus poderes. Seu partido contava com alguns poucos minutos, diante do domínio do tempo pelas coligações do PT e PSDB. Assim, ainda acabou valendo o peso da estrutura dos partidos, ligados ao poder econômico. Mas o avanço das evangélicas indica que ainda podem ir mais longe, interferindo nas disputas dos bandos burgueses e impondo-lhes condições ou até mesmo conquistando espaços dos partidos da burguesia. Desta vez, foi só uma parte das massas, descontente com os partidos dominantes, arrastada para a candidatura Russomanno. A decadência da burguesia, do capitalismo e de seu regime político pode levar ao governo criaturas como essa.

A esquerda nas eleições

O PSol foi o mais votado e tende a vencer o 2º turno na prefeitura de Belém, com Edmilson Rodrigues. A aliança com PCdoB e PSTU buscou apoio de setores do poder econômico para se eleger. O financiamento da campanha foi hipocritamente denunciado pelo PSTU, que não rompeu a frente e através dela elegeu um vereador. Correntes do PSol também espernearam diante da exposição da arrecadação de fundos junto aos capitalistas, mas nenhuma ação prática foi tomada. Ao contrário, o que se viu foi que o PSol dobrou o número de prefeitos eleitos nacionalmente, passando de 24 para 49. Esses prefeitos foram eleitos em pequenas cidades, e são um indicador do crescimento eleitoral do PSol, que não se baseia num crescimento de uma influência classista, mas meramente eleitoral. O PSol, formado em grande parte por correntes reformistas oriundas do PT, caminha a trilha do eleitoralismo, que deve ser reforçado pelo êxito numérico, e não dá indícios de que a crítica à campanha em Belém reflita numa mudança de rumos.

O PSTU festeja a eleição de outro vereador, a “musa” Amanda Gurgel, que teve ampla divulgação de seu nome na imprensa como militante das redes sociais durante a greve da educação. Assim, as duas conquistas eleitorais do PSTU se devem a fatores externos a sua política e atuação nacional.

A campanha do PSTU em São Paulo abandonou o lema “contra burguês, vote 16” para chamar as massas a votarem pela redução da tarifa para um real. Esmerou-se em provar que essa tarifa era economicamente possível. Pedir voto para realizar uma reforma capitalista é fazer uma campanha eleitoral e reformista.

A campanha do PCO propagandizou as greves dos correios e bancários e a repressão ao movimento estudantil. Mas em nenhum momento propagandeou a estratégia da revolução proletária. A presença das imagens dos movimentos acabou servindo apenas como ilustração de sua campanha eleitoral.

Algumas correntes políticas chamaram o voto no PSTU ou PCO nestas eleições.

A LER-QI defendeu o voto em ambos, como se isso expressasse uma posição classista. Não vamos exigir que a LER fizesse a defesa da estratégia da revolução proletária, nem a denúncia da democracia burguesa, ou defesa do programa que não tem, mas que explicasse como o voto indiscriminado no PSTU ou no PCO poderia expressar a independência de classe. Ou seja, teria de provar como a votação nesses partidos estaria expressando um movimento ou tendência no interior das massas de caminhar para uma posição de independência de classe. Sem isso, seu voto não passa de seguidismo.

A corrente MNN defende o voto no PSTU com um argumento semelhante, e da mesma forma não se preocupa em provar nada.

Faz seu voto crítico como uma lista de críticas ao PSTU, mas o isenta ao final quando caracteriza os erros da corrente morenista como “apenas equívocos”, que podem ser corrigidos pela militância de base. Não explica porque então se encontram organizativamente fora do PSTU. Para serem consequentes, deviam lutar dentro dele para corrigir os “equívocos”. Mas não exigimos consequência do MNN.

Política revolucionária

O POR atua nas eleições porque entende que as massas mantêm suas ilusões democráticas e tendem a ser arrastadas pela disputa política dos partidos da burguesia a apoiarem seus verdugos. Por isso, coloca-se a necessidade de denunciar a democracia burguesa e as ilusões democráticas, defender o programa e estratégia da revolução proletária e os métodos de luta de classes. Para tal, se fosse possível, utilizar as candidaturas revolucionárias e o espaço da propaganda eleitoral. Mas o POR é um partido embrionário e não teve como colocar sua legalização como uma imposição das massas à burguesia, e não se submete às imposições da legislação eleitoral ultrarrestitiva. Por outro lado, os partidos de esquerda legalizados se negam a construir suas candidaturas como expressão da discussão e deliberação de programa e candidatos pelas bases dos movimentos (vide o que ocorreu na frente de esquerda em Natal).

Dessa forma, o POR esteve obrigado a chamar o voto nulo programático nas eleições. Não se trata de um voto nulo por princípio, mas de chamar a votar no programa revolucionário e contra os partidos burgueses.

O avanço do voto nulo

O voto nulo, os brancos e as abstenções tiveram um grande crescimento pelo país, alcançando 35 milhões de votos ou 25%. Em São Paulo, somaram 28,9%, mesmo índice do candidato petista Haddad, sendo que os votos nulos se aproximaram de um milhão de votos, mais que o candidato do PMDB Chalita.

O crescimento das abstenções, brancos e nulos foi geral pelo país. Revela que se desenvolve um sentimento de desgaste dos partidos e da politicagem burgueses. Não se pode medir o quanto esse desgaste se refere às próprias eleições burguesas, portanto não se tem como dizer que reflitam um progresso de um setor das massas quanto às ilusões democráticas. Pode ser que seja apenas um rechaço aos atuais partidos burgueses, todos envolvidos com a corrupção e outras bandagens, e todos instrumentos dos bandos capitalistas.

Ressalta para que esse processo se desenvolva no rumo da independência de classe a ausência do partido revolucionário enraizado nas massas. Sua construção é essencial.



Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Natal

Amanda Gurgel: a candidata das redes sociais se elege pela Frente Ampla de Esquerda (PSTU/PSOL)

Já publicamos em nossos materiais como foi a constituição da Frente Ampla de Esquerda (PSTU/PSOL) no RN, que se formou em base a acordos eleitoreiros, prevalecendo o método usado pelos reformistas (PSOL) e centristas (PSTU) da chantagem e das ameaças de um com o outro em torno da distribuição do tempo na TV. Essa disputa já mostrava como os partidos pretendiam utilizar o espaço das eleições burguesas para se potencializar eleitoralmente. Mesmo assim, firmaram acordos jogando as divergências para debaixo do tapete.

A campanha da Frente de Esquerda se concentrou na figura da Amanda Gurgel, como queria o PSTU. “A professora que calou os deputados” tinha de aparecer em todos os programas eleitorais da TV. Durante a campanha, os morenistas se esqueceram dos discursos que faziam contra o PT, que se integrava cada vez mais nas eleições, de que a vida dos trabalhadores não muda pela via eleitoral. O que se viu foi o PSTU apresentando como peça principal a sua musa das redes sociais e repetidas vezes apresentando seu vídeo, utilizando-se da imagem de Amanda na rede globo, no programa do Faustão. As propostas apresentadas pelo PSTU foram tão somente para mostrar à população de Natal que, votando em Amanda Gurgel, teriam uma voz na Câmara de Vereadores, que seria diferente.

O que representam os mais de 32 mil votos em Amanda Gurgel?

A eleição de Amanda Gurgel é apenas expressão de um momento de divulgação nas redes sociais, e os morenistas passaram toda campanha lembrando do discurso comovente e choroso da professora que teve coragem, que denunciou a situação da educação e que calou os deputados.

Em nenhum programa de TV, vimos o PSTU nem ao menos dizer: “contra burguês, vote 16”. Bandeiras históricas dos trabalhadores foram escondidas, para divulgar a figura da mulher, professora e guerreira. Tudo se pensou desde a imagem, que tinha de aparecer sempre bonitinha e maquiada, pedindo aos trabalhadores para ser “mais um” a votar em Amanda. A adaptação eleitoral do PSTU envolveu toda sua estrutura nacional, onde o partido deslocou militantes de outros estados para fortalecer a campanha pedindo voto nos bairros, mas sempre ligando-a às redes sociais. No estado, nunca vimos esta mesma disposição militante nas lutas, nos movimentos ou contra a repressão. Natal tornou-se a sede da militância do PSTU embriagada pelo eleitoralismo que ia para os bairros levantando o estandarte de Amanda.

Sua vitória eleitoral não está ligada à militância político partidária. Em seus discursos na “Festa de comemoração da vitória”, Amanda afirmou ser esta uma vitória de seu partido. E já garante que não vai decepcionar os seus eleitores, não vai frustrar os sonhos daqueles que apostaram nela. Embora diga que o partido não vende ilusões para os trabalhadores, na prática reforça esse processo quando diz que agora acabou o sossego para os políticos tradicionais. Por quê? Por que irá movimentar a população oprimida para se confrontar com essa política dos vereadores vendidos, dos patrões e governos opressores? Absolutamente não, pois já afirma que fará projetos e entre eles o de defender os 30% do orçamento para a educação, embora reconheça que é muito dinheiro.

Imagina Amanda que conseguirá aprovar projetos que se confrontarão com os interesses dos grandes grupos de Natal?

Na imprensa burguesa, diz que vai fazer projetos diferentes dos vereadores anteriores, que só pensam em projetos pessoais. Isso expressa o quanto o partido vendeu ilusão para os explorados de que, através dos projetos no parlamento burguês, é possível resolver problemas na saúde e educação. Já no site do partido, Amanda diz que vai ser um mandato socialista e revolucionário. Nos discursos públicos e nos materiais de campanha o tom ou palavras eram de apelação eleitoral. A “intervenção revolucionária” dos morenistas foi uma ação que não deixou a dever para os partidos burgueses. De santinhos à espaço pago em jornais na grande imprensa local para divulgar a foto de Amanda, foi levanta uma campanha personalista e vazia de posições revolucionárias sem o menor pudor.

A questão do salário de vereador já se tornou a primeira baixa na moral revolucionária dos centristas. Em seu discurso meloso, no dia da vitória, Amanda alertou a sua militância que “eu não vou mudar por receber 15 mil reais”. Três dias depois voltou à imprensa dizer que o seu salário será definido pelo partido. Isso após a vereadora Eleika (PSDC), extremamente conservadora, ter sido parabenizada pela imprensa por abrir mão do salário de parlamentar e quando esta mesma imprensa já lançava questionamentos sobre a postura que Amanda tomaria (recorreram até ao estatuto do partido), só aí que Amanda veio a público dizer que PSTU é que iria administrar seu salário e que seria para a luta.

O PSTU e a ajudinha ao PSOL

Se o PSTU imaginasse que cresceria tanto eleitoralmente durante a campanha, com certeza nem teria discutido com o PSOL a aliança. A votação de Amanda levou mais dois vereadores do PSOL à câmara. Do ponto de vista eleitoral, os votos fortaleceram a intervenção parlamentar do PSOL, que teve uma votação pífia.

Os morenistas que tanto fuzuê fizeram para calcular votos, hoje devem estar confusos com sua estratégia eleitoral, que potencializou seu adversário no campo da esquerda eleitoral.

A candidatura do professor Robério Paulino a prefeito, que se considerava o paladino da moralidade e era o mais capacitado a tirar Natal do caos, por ser o único doutor em políticas públicas, não passou de fanfarrice. Seu programa, segundo ele, que era para dialogar com a população, não passou de medidas administrativas. Seu princípio de combate às velhas práticas e a velha política comprovou-se como estratosférico. Até parece que Robério não sabe a prática do PSOL de receber dinheiro de empresas e fazer alianças com partidos burgueses e governistas em nível nacional. Esse mesmo discurso também é reforçado pelo PSTU, quando Dário Barbosa tentava tapar o sol com a peneira dizendo que na Frente Ampla de Esquerda estão os partidos que não se aliam aos governistas e não recebem dinheiro de empresas, ocultando a aliança com o PSOL/PCdoB em Belém, regada de dinheiro de grandes empresários. É o vale-tudo para conquistar uma cadeira no parlamento burguês.

A campanha de filiação com carteirinhas:

O PSTU com sua campanha “sou socialista de carteirinha”, em Na-

tal, poderia ter também batido o recorde em filiação. Mesmo a juventude que pedia voto para Amanda não se filiou ao partido massivamente. Consideram como grande conquista 230 novos filiados. Para nós trotskistas, poderíamos estar comemorando se estes filiados se transformassem em militantes ativos e que estivessem decididos a construir o movimento no estado contra os governos. No site o PSTU afirma: “o resultado obtido com a campanha de filiações demonstra que a presença nas eleições serviu não só para divulgar o nosso programa socialista, como também foi uma ótima oportunidade para o partido crescer, se enraizando em importantes setores da nossa classe”. Nada mais falso. Durante toda campanha não vimos a propagação de um programa pelo PSTU.

E agora para onde caminha a Frente Ampla de Esquerda?

Não esqueçamos que as discussões iniciais eram de que os mandatos seriam da frente, o salário seria da frente, as decisões seriam tomadas pela frente. Inclusive resoluções foram aprovadas com a

Bahia

Balanço das eleições em Salvador

No primeiro turno das eleições, todos os partidos se empenharam em fazer promessas de que resolverão todos os problemas da cidade de Salvador, como transporte, moradia, coleta de lixo, geração de empregos, entre outros, nos próximos quatro anos. Dizemos todos os partidos, porque com os que participam da Frente de Esquerda (PSOL, PSTU e PCB) não foi diferente. Também se notabilizaram pelas promessas de que, uma vez no poder municipal e elegendo seus candidatos a vereador, resolveriam os graves problemas sociais da população, por dentro da institucionalidade burguesa, sem qualquer ruptura com a propriedade privada. A crítica da Frente de Esquerda e do seu candidato Hamilton Assis (PSOL) foram abstratas e dirigidas às “máfias”, que gravitam em torno do orçamento municipal.

Deixaram de dizer que essas máfias são constituídas pelas frações capitalistas e oligárquicas, que dominam o poder do Estado e que o colocam a serviço dos seus interesses econômicos e políticos. Não disseram que os problemas que afligem os trabalhadores e demais oprimidos são consequências do processo de exploração da força de trabalho e do domínio burguês da riqueza produzida. Não falaram que o Estado, em todos os seus níveis, é apenas um comitê que garante esses interesses capitalistas e dos grupos oligárquicos e que mantém as massas na miséria e na opressão. Não disseram, portanto, que a democracia, o estado, o parlamento e as eleições são o campo de disputa interburguesa e que são utilizados para manter e ampliar as ilusões democráticas das massas. Omitiram-se ao não denunciar a base de tudo isso, a propriedade privada dos meios de produção e a exploração da força de trabalho.

Como sempre, os trabalhadores e demais explorados foram chamados por todos esses partidos a depositarem a sua confiança e ilusões nas candidaturas e em suas promessas através do voto na urna eletrônica. Nelson Pelegrino (PT) se amparou em Lula, Wagner e Dilma para alavancar a sua candidatura. Alegou que era necessária a eleição de um candidato alinhado com o governo federal e estadual para garantir as verbas para realizar as promessas de campanha. Utilizou imagens do candidato do DEM, ACM Neto, ameaçando “dar uma surra” em Lula e posicionando-se contra as cotas na universidade. ACM Neto, por seu turno, fez a mesma coisa, vinculou o candidato do PT às denúncias de corrupção no governo Lula, particularmente ao mensalão e ao julgamento do STF. Deixaram apenas

presença massiva de estudantes, trabalhadores, representantes de conselhos comunitários, etc. Não chamaram de ampla por ter o apoio de algumas organizações populares? Que peso de decisão estas organizações e o movimento em geral terão sobre as três “candidaturas socialistas”? Será mais alguns “mandatos populares” como o de mineiro do PT, que de popular só o nome?

Para nós trotskistas, a participação no parlamento não deverá servir para fortalecer as ilusões dos trabalhadores e sim para levantar os operários, estudantes, a juventude oprimida dos bairros, que está sendo exterminada pela polícia a cada instante. Enfim para tomarmos em nossas mãos a defesa de nossas reivindicações. Não será o parlamento a resolver as condições de miserabilidade da maioria, por mais competência daqueles que apresentarem os melhores projetos. Que criemos os comitês de luta e resistência nos locais de trabalho, nos bairros, nas fábricas que potencializem a luta coletiva. Esse é o nosso caminho a ser seguido para o próximo período que será de ataque, mais desemprego e crise.

de dizer que tanto DEM, quanto PSDB, PMDB e PT estão igualmente atolados na corrupção no seio do Estado burguês e que a corrupção é funcional ao sistema capitalista. O fato é que o resultado do primeiro turno coloca novamente as duas principais candidaturas burguesas numa disputa encarniçada no segundo turno das eleições, em torno da direção da Prefeitura de Salvador e do orçamento municipal.

Segundos os dados, ACM Neto (DEM, PTN, PPS, PV, PSDB) obteve 518.976 votos (40,17%); Pelegrino (PT, PP, PDT, PTB, PR, PSDC, PHS, PMN, PTC, PSB, PRP, PPL, PSD, PCdoB, PTdoB), 513.350 (39,73%); Mário Kertesz (PMDB, PSC), 121.894 (9,43%); Márcio Marinho (PRB, PSL), 84.094 (6,51%); Hamilton Assis (PSOL, PSTU, PCB), 33.650 (2,60%); Da Luz (PRTB), 20.143 (1,56%). De um total de 1.881.544 eleitores, houve 375.022 abstenções (19,93%), 72.972 votos em branco (4,84%) e 141.443 votos nulos (9,39%), totalizando 589.437 pessoas que deixaram de votar nos candidatos no primeiro turno das eleições para prefeito e vereadores. Aumentou, portanto, os percentuais de abstenções, brancos e nulos. Nas eleições de 2008, os percentuais foram respectivamente 16%, 3% e 6%.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defendeu o voto nulo programático no primeiro turno das eleições, em defesa do programa da revolução proletária e das reivindicações elementares das massas exploradas. Constituímos com outro agrupamento de esquerda (Contra Corrente) e independentes um Comitê do Voto Nulo Programático, realizando plenárias ao longo do último período. Em virtude da existência de ilusões democráticas das massas na democracia burguesa e nos governos, temos a obrigação de intervir nas eleições como partido marxista-leninista-trotskista, isto é, transformando as eleições em tribuna revolucionária, de que falava Lênin.

A Frente de Esquerda, composta por partidos que se reivindicam do marxismo, pelo contrário, negam na prática a tribuna revolucionária e nada mais fazem que embelezar as eleições, o parlamento e a democracia, com a defesa de um programa rebaixado, com promessas de que resolverão os problemas das massas pelas instituições burguesas e não pela luta de classes. Os revolucionários atuam nas eleições para denunciar o caráter de classe das instituições burguesas, dos seus governos, do seu Estado e do parlamento, como instrumentos a serviço da dominação, da proteção da propriedade privada e da exploração de classe do proletariado pelo conjunto da classe dominante.

Rondônia

O PT foi derrotado em Porto Velho

O resultado das eleições do primeiro turno em Porto Velho indicou a derrota da ex-senadora Fátima Cleide do PT. O prefeito petista Roberto usou de toda demagogia e de políticas assistencialistas para fazer seu sucessor. Também não bastou a propaganda na televisão com a presença de Lula.

Nas pesquisas de intenção de voto durante a campanha eleitoral, Lindomar Garçon/PV sempre esteve em primeiro lugar. As urnas só confirmaram: Lindomar Garçon/PV 57.698 (24,76 %) e Mauro Nazif/PSB 44.259 (18,99%). Fátima Cleide/PT obteve 29.564 (12,69%) votos. Assim, disputarão o segundo turno o deputado Federal Mário Nazif/PSB e Lindomar Garçon/PV, que já foi prefeito da cidade de Candeias do Jamari.

Chamou a atenção o número de abstenções, de votos brancos e nulos. Dos 278.410 eleitores aptos a votarem, compareceram 248.707, 6.304 votaram branco e 9.397, nulo.

O fato é a população pobre e setores da classe média arruinada rejeitaram o governo de Roberto Sobrinho e se recusaram a depositar o voto na candidata petista. Foram arrastados pelo PV e PSB, que compareceram como alternativa ao PT.

O PT ocupou por dois mandatos a prefeitura de Porto Velho. Venceu o segundo mandato por uma diferença pequena de votos. As denúncias de corrupção foram frequentes. Entre elas, a acusação de licitações fraudulentas com empresas do serviço de limpeza e que possuía empresas que prestavam serviços para a prefeitura. Somaram a isso, as intermináveis obras do PAC. As obras de sanea-

mento inconclusas e o alto valor do transporte coletivo e sua precariedade também pesaram sobre a administração petista. A situação se agravou e sequer conseguiu aprovar a prestação de contas do município. O prefeito petista chegou a ser ameaçado de cassação.. É fundamental ressaltar que uma das mais importantes obras do PAC, a construção da hidrelétrica do Rio Madeira, deixou fortes marcas entre os operários, que foram obrigados a enfrentar não só as empreiteiras como também as medidas tomadas pelo governo de Dilma/PT, com apoio da administração de Roberto Sobrinho.

Assim, a péssima experiência com a administração do PT levou uma grande parcela da maioria explorada a rejeitar a candidatura de Fátima Cleide. As massas, sem um partido revolucionário, não são capazes de compreender que a solução de seus problemas não virão com a substituição do PT pelo PSB ou PV. Isso porque são partidos que administram a prefeitura a serviço dos interesses da burguesia e protegem a grande propriedade privada. A corrupção, os favorecimentos, as benesses e o descaso com os serviços públicos (saúde, educação, saneamento, transportes, etc.) fazem parte do estado burguês. E não serão por meio das eleições que se colocará fim a toda essa podridão.

O POR interveio e intervirá no segundo turno chamando o **Voto Nulo Programático**. Defendeu as reivindicações dos explorados e a independência das organizações operárias, camponeses e da juventude perante os partidos burgueses. Chamou os explorados a construir o Partido Operário Revolucionário, que tem em seu programa a estratégia de fim do capitalismo e edificação da sociedade socialista.

Londrina-PR

O COMITÊ PELO PASSE LIVRE DEFENDE O VOTO NULO PELO DIREITO AO PASSE LIVRE E AO EMPREGO DOS COBRADORES

Partindo do fato de que a eleição para prefeito e vereadores na cidade está sendo disputada por partidos burgueses e pequeno-burgueses defensores da propriedade privada capitalista e, por esse motivo, comprometidos com os proprietários das empresas que exploram o transporte coletivo, o **Comitê pelo Passe Livre** defende o *voto nulo pelo direito ao passe livre e ao emprego dos cobradores*.

O movimento sempre denunciou que a conquista das reivindicações populares que defende não seriam alcançadas pela concessão graciosa dos parlamentares burgueses. Pois a experiência dos oprimidos mostra que os políticos de todos os partidos são alimentados com as propinas e mensalões pagos pelos capitalistas. Isso ficou comprovado pelas denúncias feitas pelo ex-vereador Bonilha recentemente. O movimento já assimilou que a luta pelos direitos e bandeiras do comitê, devem ser buscados e arrancados na rua, por via da ação direta, greves, piquetes, bloqueios, manifestações. Que diante do levante dos explorados pelos seus direitos o Estado burguês não duvida em reprimir por todos os meios, levando inclusive à destruição física como aconteceu na cidade com Anderson Amaurilo Silva em 2003, sob comando de Nedson Micheleti do PT.

Em 2011 e 2012, com a proximidade das eleições, diversos vereadores e também o prefeito Barbosa entupiram a Câmara Municipal de supostos projetos de lei em defesa do passe livre. Houve até disputa a respeito de quem foi o seu autor pioneiro. O prefeito fez até discurso em favor do passe livre na frente do terminal central. A proposta destes demagogos, além de fajuta e eleitoreira contemplava o subsídio

aos capitalistas donos dos ônibus, ou seja, uma burla à população!

Também alguns vereadores, como o atual candidato Belinatti, aproveitaram a onda oportunista - diante da ameaça de demissão dos trabalhadores - para lançar um projeto de lei em 2011 em que defendia o cargo dos cobradores, já esperando colher frutos para campanha de 2012. Porém a proposta foi tão fajuta que, além do MP barrar, nem sequer fala disso neste ano em sua campanha.

Nenhum dos outros candidatos se coloca em defesa da manutenção do cargo de cobrador. Vários deles pertencem a partidos que estiveram no poder e durante seus mandatos só favoreceram os tubarões do transporte. Outros como Kireff defendem abertamente os fazendeiros e capitalistas. Diante disso, a defesa do *voto nulo pelo direito ao passe livre e ao emprego dos cobradores* comparece como opção para manifestar a denúncia da farsa eleitoral e como meio para organizar a luta da juventude e dos trabalhadores pela conquista das nossas históricas bandeiras. O voto nulo representa o amadurecimento do movimento. Representa a assimilação das lições acumuladas durante os dez anos deste movimento nas ruas.

Por isso o Comitê constituído por estudantes, professores, correntes políticas, e trabalhadores não alinhados defendemos:

- PASSE LIVRE PARA ESTUDANTES E DESEMPREGADOS, SEM SUBSÍDIO DA PREFEITURA E SEM PATRÃO!
- CONTRA A DEMISSÃO DOS COBRADORES ESTATIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES DO TRANSPORTE!
- EM 2012 DIGITE 00 + CONFIRMA!

Novas Chacinas repercutem em São Paulo

Tínhamos redigido o artigo, quando novas chacinas se espalharam na segunda semana de outubro na Baixada Santista e na Grande São Paulo. A história é a mesma: os criminosos matam um policial e a PM revida assassinando dez vezes mais. Não importa sequer se a chacina recai sobre aqueles que mataram o policial ou não. A diretriz da PM é espalhar o terror como método supostamente voltado a combater a criminalidade.

Em cinco dias, foram fuziladas 13 pessoas, em resposta a dois policiais mortos. Na Grande São Paulo, 12 foram executadas depois da morte de um policial. É sintomático que as chacinas são praticadas de forma a não identificar os praticantes. O que indica que a PM legal abriga uma fração de matadores oculta, denominada de milícia.

Esses novos acontecimentos confirmam ainda mais a tese marxista de que o capitalismo se encontra em decomposição e libera toda forma de barbárie. O artigo abaixo faz esta demonstração.

Combater a barbárie com a política do proletariado

O governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, defendeu a operação da Polícia Militar que deixou um saldo de 9 mortos. Sua declaração assombrou até mesmo setores conservadores, que estão de acordo com seu conteúdo, mas que não se deve falar em voz alta. “Quem não reagiu, está vivo” – sentenciou o peessedebista.

Essa é a lei e a ordem: bandido reagiu, fogo nele. Não é descabida, portanto, a denúncia de que existe esse tipo de pena de morte no Brasil. O governo do PSDB acaba de afirmá-la em tom bem nítido.

Os policiais não conseguiram comprovar a resistência armada, que serviu de justificativa para tamanha mortandade. E assim a chacina vai passar como mais um confronto armado.

Um dos mortos estava sendo julgado por um tribunal montado pelo PCC, acusado de estuprar uma garota. Imagine se os narcotraficantes iriam deixá-lo armado em tal circunstância. A polícia, porém, plantou um revólver. Esse tipo de farsa e acobertamento é tão corriqueiro que somente os tontos acreditam. Mas a PM pode falsificar o quanto quiser. Também não havia marcas de tiroteio, a não ser as dos projeteis disparados pelos policiais. Bem, nem mesmo a grande imprensa ousou reproduzir as mentiras da PM.

A cada chacina levada a cabo pelas forças do Estado, re-coloca-se a hipocrisia dos direitos humanos. Somente nos primeiros meses de 2012, a polícia matou 60 criminosos, mortes justificadas como resposta à resistência armada. A chacina em Várzea Paulista reacendeu a discussão sobre o papel da Rota, uma elite de policiais treinada para matar.

O governo federal acusou o método da polícia paulista de promover homicídios e extermínios em nome da figura “morte em confronto”. O Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, presidido pela ministra Maria do Rosário, referiu-se à escabrosa estatística de que “entre janeiro de 2010 e julho deste ano, foram contabilizadas 2.882 mortes identificadas como ‘auto de resistência’ apenas em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.” Imagine se se apurar em todos os estados da federação! É um número de guerra.

Está mais do que claro que o “auto de resistência” é uma cobertura legal para a diretriz policial de resolver seu choque com os criminosos por meio do extermínio, portanto, uma forma de terror de Estado. Os governadores são diretamente responsáveis, juntamente com os comandantes.

Diante da repercussão política, Alckmin decidiu fazer mudanças na cúpula da Polícia Militar de São Paulo. Entre elas, removeu o comandante da Rota, o tenente-coronel Salvador Madia, conhecido por fazer parte da chacina dos presos dos Carandiru, em que se assassinaram 111 detentos completamente indefesos. No seu lugar, subiu o policial Nivaldo César Restivo, que também esteve envolvido nos acontecimentos sangrentos de 2 de outubro de 1992. Como se pode ver, altas autoridades da PM são matadores convictos.

Em 18 de setembro, o governo brasileiro teve de responder a uma proposta da ONU, apresentada pela Dinamarca, de extinguir a Polícia Militar. Volta e meia a tese de reunificar a polícia militar e civil, modificando o caráter dado pela reforma promovida pela ditadura militar, é reapresentada.

Uma parcela das esquerdas advoga a mesma solução com a bandeira de democratizar a polícia, desmilitarizando-a e colocando-a sob o controle da população. Trata-se de uma idealização, de uma ilusão nas possibilidades civilizatórias do capitalismo decadente e bárbaro.

Os conflitos federativos colocaram a necessidade da burguesia de centralizar as armas. A antiga Polícia Militar que resultou da Guarda Real de Polícia, criada em 1809, e do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, de 1831, que correspondeu ao objetivo de montar um corpo de repressão em cada estado para reprimir as rebeliões, que se desencadeavam no período da Regência, acabou por se transformar na PM subordinada às Forças Armadas.

A centralização tomou impulso no Estado Novo, que impôs limites à capacidade das polícias estaduais. Nenhuma poderia ser poderosa em relação às Forças Armadas. A Constituição de 1946 assinalou o conceito de Polícia Militar em substituição às guardas estaduais. Mas foi sob o regime ditatorial implantado em 1964 que essas corporações sofreram uma mudança definitiva. As polícias estaduais não apenas seriam rigidamente controladas pelo Exército, como também assumiram uma estrutura de força militar. A criação da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) indicou a decisão da ditadura de colocar todo aparato repressivo sob sua centralização.

No combate ao movimento armado antiditadura, na década de 70, se verificou o quanto as PMs passaram a ser diretamente orientadas pelos oficiais do Exército. O que incluiu até mesmo o Corpo de Bombeiros.

A Constituição de 1988, que deu ordenamento à redemocratização, não alterou as reformas da ditadura, nesse aspecto. As polícias continuam como forças auxiliares do Exército. Dessa forma, estão protegidas por uma legislação particular.

Hoje, a crítica que se faz à PM não vai ao miolo do problema, que é o da necessidade imperiosa da centralização autoritária do Estado burguês. A mudança de seu caráter militar exige que se comece por descentralizá-la, o que nenhum setor da burguesia assumiria como bandeira. Não se podem ter autonomias estaduais e municipais. Estamos diante da questão da formação do Estado nacional e da centralização federativa autoritária.

Mas as dificuldades não param nesse ponto histórico. Há outro aspecto estrutural – o capitalismo é um regime social esgotado e caminha sobressaltado pela barbárie social. As PMs passaram a ter um papel central para a contenção da luta de classes. Alcançaram um alto grau de profissionalização no trabalho de combate às greves, ocupações, manifestações de massas, revoltas etc. Isso por um lado. Por outro, têm a função de disciplinar a anarquia social expressa pela expansão da criminalidade. É neste ponto que os democratas, reformistas, agentes dos “direitos humanos” e setores da Igreja se incomodam.

A matança promovida pela PM, as ações arbitrárias contra a população pobre, o racismo congênito dos agentes públicos, a corrupção policial, as milícias incentivadas de dentro da corporação e a situação calamitosa dos presídios desmentem a ideologia humanista do capitalismo. Não restam dúvidas de que também alimentam crises políticas. Neste exato momento, o Exército ocupa várias favelas e bairros do Rio de Janeiro para que os partidos possam fazer suas campanhas eleitorais. E por quê? Porque o narcotráfico e as milícias têm suas próprias candidaturas. Em São Paulo, Celso Russomanno bate na tecla da segurança e promete aumentar o efetivo da polícia municipal. Faz parte de sua meta incentivar a guarda privada.

Na Baixada Fluminense, 6 jovens amigos foram mortos com requinte de crueldade, crime atribuído ao narcotráfico. Em pequeno espaço de tempo que separa dessa tragédia, a PM de São Paulo fuzilou 9 homens identificados como pertencentes ao PCC. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo computou 3.109 mortes nos nove meses deste ano. É evidente que o Estado trata a criminalidade como motivo de guerra. Nas situações agudas, recorre às Forças Armadas, como no caso das ocupações militares das favelas do Rio de Janeiro.

A política de extermínio não é ditada explicitamente. Bastam os acontecimentos e os números de vítimas fatais para que se explicita. As Secretarias de Segurança Pública não precisam se insurgir contra os inconvenientes representantes dos Direitos Humanos. Vão matando e colocando na conta dos “autos de defesa”. As estatísticas sobre os crimes, as mortes e prisões indicam que de fato existe uma profunda crise social e uma reação bárbara do Estado, dos governos.

O narcotráfico avança a olhos nus e com ele o aumento da mortandade. O PCC resolveu responder à ação policial com atentados. Em 2006, foi declarada uma guerra aberta, com assassinato de policiais. O contra-ataque da PM de São Paulo resultou em chacina, fruto de execuções. Não era para prender. Valeu a máxima: “bandido bom é bandido morto”. Agora, a mortandade se explica pelo reinício do confronto. Estima-se



PM: criatura da ditadura militar, organização de extermínio

que cerca de 70 policiais foram mortos. A bandeira dos policiais se resume na mensagem: “Na Rota não tem tempo para luto. Antes do enterro do amigo vai começar o velório do inimigo.”

É sintomático que o capitalismo no Brasil tenha feito proezas desenvolvimentistas, segundo o governo e setores da burguesia, consideradas favoráveis à queda dos índices sociais negativos (pobreza, mortalidade infantil, etc.) e, no entanto, a PM se torna cada vez mais letal e as prisões mais lotadas. Era de se esperar que com a diminuição do desemprego, da pobreza e da miséria, a criminalidade retrocedesse e o braço armado do Estado arrefecesse na guerra social. Não é isso que ocorre. O que indica que o crescimento econômico da última década e a intervenção assistencialista do governo petista não alterou substancialmente a crise social, que é estrutural do capitalismo.

O fenômeno da militarização da sociedade, explicada pelos governos como uma necessidade de segurança da população, na realidade, corresponde ao avanço da barbárie, da instabilidade social e da desintegração do capitalismo. A gigantesca centralização de riqueza em poder da burguesia e a expansão da pobreza e miséria constituem efeitos do sistema de exploração do trabalho e de acumulação de capital, que por sua vez empurram o País para a decomposição.

Está aí por que não têm nenhum resultado prático as bandeiras de democratização e desmilitarização da PM. Apenas observando-a, verificamos que servem para expor as contradições insolúveis no seio do capitalismo. Não será um movimento democrático de setores da pequena burguesia que enfrentará a militarização da sociedade. A solução somente pode vir do proletariado organizado. Porém nos dirão que não está em condições para assumir essa tarefa. Temos claro essa constatação. O que não quer dizer que o proletariado não tenha um programa para responder. A classe operária internacional tem enorme experiência acumulada em lutas, revoluções, programa e teoria marxistas.

Aqui estamos nós fazendo um esforço de formular uma posição marxista sobre o problema da violência policial, distinta das posições burguesas e pequeno burguesas. A burguesia, por meio de seus partidos e instituições, comparece como única classe a tratar de problemas como criminalidade, segurança, etc. porque é a classe dominante. Em seu seio comparece toda

sorte de posições, desde aquela que advoga a pena de morte até a que defende a via da democratização da polícia, etc. As profundas contradições, por fim, acabam fortalecendo as diretrizes governamentais que levam à crescente militarização.

O programa do proletariado tem por base a extinção de todo aparato repressivo, que deve ser substituído pelo armamento do povo. Não obstante, a destruição da estrutura armada do Estado burguês não é um fim em si mesmo. Virá com o processo revolucionário encarnado pelo proletariado de tomada do poder, de destituição da burguesia do controle econômico e de transformação da propriedade privada dos meios dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista.

Não há como as massas assumirem a tarefa de se auto-armarem, buscando as armas no próprio arsenal do exército e da polícia, sem que passem por etapas de luta, motivadas pelas reivindicações e tarefas colocadas pela situação. Etapas que levam ao enfraquecimento da classe burguesa e fortalecimento do proletariado.

O programa de reivindicações dos trabalhadores – em especial da juventude oprimida – contra a pobreza e a miséria é o ponto de partida para enfrentar as manifestações da barbárie. As múltiplas resistências que ocorrem nos bairros pobres e favelas ganharão capacidade revolucionária se centralizadas pela classe operária desde os locais de trabalho. *O combate à militarização da sociedade dependerá do movimento organizado desde as fábricas sob o programa de reivindicações e sob a estratégia de transformação do capitalismo em socialismo.*

As massas organizadas e mobilizadas em torno do programa responderão ao objetivo de erradicar a criminalidade e suprimir o aparato militar do Estado. É claro que nas fases do movimento revolucionário colocam-se bandeiras dirigidas ao exército e à polícia – **direitos democráticos (sindicalização, organização coletiva, manifestação, greve, eleição para todos os cargo, com revogabilidade, etc.).** O impacto da luta democrática no seio das tropas certamente colocará questões como fim da hierarquia militar, fim da estrutura do poder de casta do oficialato, etc.

É por essa via que se avançará na tarefa de destruição do braço armado da burguesia. O POR luta para que todos os crimes da PM sejam apurados e os responsáveis, punidos. Para isso, é preciso que o movimento operário se manifeste e constitua um Tribunal Popular.

Vinte anos do massacre do Carandiru

No dia 2 de outubro, fez 20 anos da mortífera invasão policial do Pavilhão 9 do presídio Carandiru. A data foi fixada não apenas pela bárbara ação da polícia, como também pelo fato de até hoje não se ter punido os responsáveis. Cento e dois presos foram assassinados a tiros e nove, a facadas. No total, 111 detentos, entre os 2.700 amontoados no Pavilhão 9, foram executados.

A ação sangrenta do Batalhão de Choque, do Comando de Operações Especiais e do Grupo de Ações Táticas Especiais surpreendeu até mesmo o governador do PMDB, Luiz Antonio

Fleury Filho. Não se assassina em massa presos indefesos sem que o aparato de segurança do Estado tenha alcançado uma extraordinária independência e sem que esteja tomado até a medula pelos métodos ditatoriais e fascistas. Não se utiliza do massacre sem que se exponha o terror de Estado. Mais ainda, não se pratica o terror policial sem que se tenha certeza da impunidade.

O Ministério Público denunciou 300 policiais. Destes, 79 respondem a processo (engavetado por 20 anos). O ex-governador Fleury e o ex-Secretário da Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, não foram responsabilizados. O comandante da operação, coronel Ubiratan Guimarães, foi condenado nove anos depois (em 2001) pelo 1º Tribunal de Júri de São Paulo. Mas a punição não passou de uma farsa. Em 2006, a condenação foi anulada simplesmente porque os jurados não responderam adequadamente a um formulário expedido pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo.

À vergonhosa manobra judicial, seguiu uma solução política. Arrumaram uma candidatura para o homicida, que acabou virando deputado estadual e ganhado assim o direito ao “fórum privilegiado”. O carrasco do Pavilhão 9 acabou assassinado por motivos outros. Conclusão: por meio de meandros judiciais armados pelo Estado, os genocidas nunca pagarão pelos seus crimes.

A impunidade aos crimes cometidos pelas forças da ordem é uma das marcas da decomposição do capitalismo. O imperativo da barbárie atua por cima das leis, das instituições democráticas (parlamento) e dos governos. A manutenção e aprimoramento das corporações especiais (Batalhão de Choque, Comando de Operações Especiais, Grupo de Ações Táticas e Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) indicam o progresso da decomposição social do capitalismo e a putrefação da classe capitalista. Por mais que se esconda dos explorados que a polícia é um braço armado da classe burguesa e que se a apresente como uma instituição de toda a sociedade, os grandes acontecimentos acabam por revelar seu conteúdo de classe. No fundo deles, encontramos o poder econômico e, no alto, o poder político da burguesia.

A classe operária e os demais explorados, que constituem a maioria nacional oprimida, se confrontarão no processo revolucionário com todo esse aparato e o desintegrarão pela luta de classes. Há a necessidade de re-humanizar as relações sociais, suprimindo a fonte da barbárie, que se encontra na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do homem pelo homem e no domínio da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora.

Que seja feita justiça aos detentos assassinados covardemente!

Que os sindicatos, centrais sindicais, correntes de esquerda, movimentos e organizações democráticas se coloquem por constituir um Tribunal Popular!

Punição a todos os responsáveis pela chacina do Carandiru!

Pela imediata dissolução das corporações especiais!



Recente repressão à greve das federais

Situação dramática de crianças e jovens golpeados pela miséria – Como responder?

É tão escandaloso o aumento do número de crianças e adolescentes jogados nas ruas, arrastados para a criminalidade e envolvidos com as drogas que o governo federal decidiu lançar o plano *Brasil Protege*. A presidente Dilma Rousseff espera o Dia da Criança para lançá-lo. É mais uma peça de propaganda petista sobre a preocupação com ser humano desprotegido e excluído da sociedade. Mas sob o manto da hipocrisia governamental há uma dura realidade para uma multidão de crianças e jovens.

Segundo dados oficiais, 38 mil crianças vivem em abrigos no Brasil. Milhares de adolescentes, por sua vez, cumprem as denominadas *medidas socioeducativas*. O Conselho Nacional de Justiça identificou recentemente 90 mil casos de transgressão; 29,5 mil jovens estão sob a guarda do Estado e 17 mil, confinados. As prisões para adolescentes – batizadas de “abrigos” ou “unidades de internação” – estão superlotadas.

A cidade de São Paulo registra em alto relevo a dramática situação de crianças e jovens golpeados pela miséria e desintegração de seus lares. São 5.445 adolescentes em liberdade assistida. Nas 143 unidades de abrigo, encontram-se 2.834 crianças e adolescentes. Um fenômeno que parece novo e que tende a se ampliar é a constatação de que famílias inteiras estão vivendo nas ruas. A prefeitura de São Paulo apurou 42 crianças e 179 adolescentes nessas condições.

Há quase um ano atrás, o prefeito Gilberto Kassab lançou uma operação de limpeza do centro da cidade, usando a polícia contra moradores de rua e dependentes. As autoridades chegaram à conclusão de que era preciso o uso da força do Estado, já que o trabalho assistencial não punha fim à “cracolândia”. O objetivo não era o de reinserção dos moradores e jovens desintegrados na condição de lumpens. Mas sim o de restaurar pontos centrais, valorizar e ativar interesses imobiliários. Em contrapartida, a prefeitura montou um moderno centro de reabilitação – o Complexo Prates. Esperava-se atrair 1,2 mil usuários de droga por dia. Não funcionou plenamente. Apenas atinge em média 280, segundo informação das autoridades.

As instituições religiosas e de direitos humanos empenhadas em ajudar o Estado a amenizar a desgraça desses homens, mulheres, crianças e jovens rejeitaram a via repressiva e de “higienização” social. Responsabilizaram o prefeito Kassab de ter abortado o paciencioso trabalho de convencimento voltado a metas de recuperação. Ocorre que a degradação de uma parcela dos trabalhadores, das crianças e dos jovens a condição de lumpens reflete tão-somente a face violenta, dramática e trágica do capitalismo.

Diante de sua ostensiva exibição – nas ruas, nos crimes, nas drogas, nas prostituições – e diante do incômodo da classe média – asco, repulsa, medo, insegurança –, o Estado, seus governos e seus auxiliares (mesmo sendo opositores) precisam apresentar preocupações humanitárias e pretensas soluções. É o que mostraram as tentativas de amenizar o quadro tétrico da “cracolândia” em São Paulo. É o que mostrará a presidente Dilma Rousseff no dia 12, com seu novo plano *Brasil Protege*.

Os petistas são pródigos em encontrar nomes pomposos para sua política de “inclusão social”.

A imprensa adiantou que o governo federal reforçará o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Sinase). Estão previstas ações que aproximem as crianças e adolescentes confinados nos abrigos de suas famílias, que permitam adoções, que combatam a exploração sexual de menores, que melhorem as unidades de internação e recuperação de drogados, que possibilitem a habilitação para o trabalho.

A Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) apresenta uma fórmula: “O melhor lugar para uma criança é perto da família, seja aquela de origem ou uma substituta”. Os caridosos corações querem reconstituir os laços familiares de milhares de crianças e de adolescentes desamparados nas ruas das grandes cidades brasileiras com emplastos.

É notório que cresce o número de famílias inteiras morando nas ruas. As crianças e adolescentes são arrastadas para a marginalidade ainda quando estão na família. Uma parcela das famílias operárias empobrecidas até a medula não suporta o peso das adversidades e se desintegram. Outra parcela vê seus filhos se perderem no fosso da miséria e serem arrastados para a marginalidade. Trata-se da destruição de uma parcela da força de trabalho, que se torna imprestável à exploração capitalista. Não há como defender esse contingente de seres a não ser defendendo de conjunto a força de trabalho encarnada pela classe operária e pelos demais trabalhadores.

Medidas pontuais de proteção da criança e dos adolescentes devem ser arrancadas do Estado, mas não como um fim em si. Devem estar subordinadas ao programa de defesa da força de trabalho. Nesse ponto, é que as ações governamentais fracassam inelutavelmente. As tentativas de reintegração socioeducativas incluem cursos de profissionalização, etc. e incentivos de volta à escola. Ocorre que nenhuma das boas intenções corresponde à necessidade de defesa da força de trabalho.

As crianças e jovens se degradam não por razões pessoais e familiares. Os dramas individuais e particulares das famílias estão determinados por forças econômicas e sociais poderosas, que envolvem a vida da maioria oprimida no capitalismo. O Estado, seus governos e instituições civis não têm como ir à causa primeira da barbárie que avassala milhões de famílias. Mas suas estatísticas a revelam.

Sobrevivem com até meio salário mínimo 11 588 milhões e de mais de meio a 1 salário mínimo, 27 859 milhões. Ou seja, 39 447 milhões de trabalhadores enfrentam a existência com menos de meio a 1 salário mínimo. A essa miséria se soma a pobreza quase extrema de 37 471 milhões que passam com mais de 1 a 2 salários mínimos e 15 111 milhões que vivem remediados com mais de 2 a 3 salários mínimos. Esses são os valores de rendimento médio mensal, apurados na Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (2011), pelo IBGE, referentes a um total de 166 987 milhões de pessoas.

Considerando a População Economicamente Ativa de 100 223 milhões, a pesquisa indica em valores médios 6 975 mi-

lhões recebendo até meio salário mínimo; 17 215 milhões, mais de meio a 1 salário mínimo; 32 323 milhões, mais de 1 a 2 salários mínimos; e 13 240 milhões, mais de 2 a 3 salários mínimos. Bastam esses indicadores de composição de rendimento médio para trazer à luz a causa primeira da gigantesca decomposição social no Brasil.

Os planos e as ações governamentais de enfrentamento à mutilação de milhões de crianças e jovens não passam de uns poucos remendos. Cabe aqui a expressão “enxugam o gelo”. Voltemos, portanto, à nossa premissa. Para defender a força de trabalho, a resposta deve vir do movimento operário, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida. *As reivindicações fundamentais partem do trabalho a todos e salário mínimo vital, calculado de acordo com as reais necessidades de uma família de 4 pessoas.*

Está evidenciado que os milhões que sobrevivem com menos de meio a 3 salários mínimos estão entre a miséria e pobreza. Correspondem a 69,753 milhões de trabalhadores de uma força produtiva de 100, 223 milhões, portanto, cerca de 70%. A brutal exploração capitalista da força de trabalho resulta na expansão das favelas e nos gigantescos conglomerados de miseráveis. É nesse terreno que prolifera toda sorte de violência contra a infância e a juventude.

Bahia

O oportunismo do PSTU no debate da chapa para as eleições da APUB/UFBA

Na última assembleia da categoria dos professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que decretou o fim da greve, o Comando de Greve se dissolveu e, em seu lugar, foi criada uma Comissão de Mobilização Permanente (CMP), que tem o papel de dar continuidade à luta a partir da pauta de reivindicações dos três setores da universidade (professores, servidores e estudantes). A primeira ação comum foi a luta contra a EBSEH, isto é, contra a imposição da lei privatista aos Hospitais Universitários pelo governo Dilma Rousseff (PT). Foram realizados atos, manifestações e audiência pública. No dia 18 de outubro, haverá a reunião do Consuni para discussão e tomada de decisão sobre se a UFBA aceitará ou não a EBSEH. Os professores farão um ato na reitoria. Os professores da Comissão de Mobilização têm levado a discussão para as unidades sobre as reivindicações e o PL que trata da carreira docente, que tramita no Congresso Nacional.

Paralelamente, as correntes de oposição (POR, PSTU, Consulta Popular, OT) à atual direção (PT/PCdoB) da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) fizeram algumas reuniões para debater a formação de uma chapa para disputar a direção da APUB nas eleições que se aproximam. Participaram também os independentes. Logo nas primeiras reuniões, quando se começaram a discutir os critérios para a formação da chapa, ficou claro o oportunismo do PSTU e de alguns que se consideram independentes. Os discursos giraram em torno da escolha de nomes e não do programa de luta, que expresse as reivindicações da categoria e a defesa da universidade pública contra a política privatista do governo federal. O mais agravante é que o PSTU, junto com alguns inde-

Eis por que somente a classe operária organizada em um partido revolucionário pode responder ao processo social de destruição física e mental de parcela crescente de crianças e jovens. Trata-se de organizar os explorados em torno do programa de defesa da força de trabalho, atacando as relações capitalistas de produção e distribuição.

Imediatamente, há que se adotar medidas de emergência de estabelecimento de um piso salarial que arranque os milhões de seres da indigência, de garantia de emprego a todos (nenhum desempregado) e especialmente aos jovens de estabelecimento de uma jornada de trabalho que se combine com uma jornada de estudo. Esse é o ponto de partida. As reivindicações básicas dos explorados são: *salário mínimo vital, calculado de acordo com a necessidade da família trabalhadora e protegido por meio da escala móvel de reajuste; redução da jornada de trabalho por meio da escala móvel das horas de trabalho, sem redução salarial; jornada máxima de 4 horas para a juventude e o restante dedicada aos estudos.*

No momento em que as massas lutarem por esse programa, tendo à frente seu partido, começarão a arrancar da burguesia reais conquistas em favor da força de trabalho e avançarão na tarefa histórica de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista.

pendentes, tentou desde o primeiro momento impor critérios academicistas, despolitizados e oportunistas do tipo: devemos escolher pessoas que sejam elegíveis, que tenham um discurso moderado e amplo, que tenham currículo, que tenha tese sobre carreira docente, entre outros absurdos.

Na verdade, o que escondiam é que desejavam excluir a militância do POR, por ser consequente na defesa das ideias e do programa proletário para a educação e a universidade e não se rebaixar, como faz, aliás, o PSTU e outras correntes, ao caráter pequeno-burguês da categoria e aos preconceitos contra a política revolucionária. Chegaram a dizer que o POR tinha posições radicais e que a categoria dos professores era conservadora, portanto, os componentes da chapa teriam de ser aqueles que soubessem “dialogar” com o perfil da categoria. Certamente, estavam falando do PSTU e de certos independentes, que primam pelo academicismo e pela despolitização.

De fato, o PSTU antes da greve defendia na oposição uma política divisionista, de desfiliação do sindicato e de criação de outra seção, filiada a Conlutas. Esta posição foi combatida pelo POR e por alguns independentes e não conseguiu vingar na categoria. O POR, de outro lado, atuou para mobilizar a categoria desde antes da greve, através de um trabalho de base. Quando os professores começaram a se mobilizar, o PSTU, de forma oportunista, se aproximou da oposição e começou a intervir no movimento. O POR continuará intervindo energeticamente na Comissão de Mobilização Permanente e nas atividades da categoria, mas não tem como constituir uma chapa com PSTU e alguns independentes. Tão logo apresentem os pontos a serem defendidos pela chapa, se for constituída, definiremos a nossa posição diante dela.

Rondônia

A luta dos Servidores públicos

A Transposição

A transposição dos servidores do estado de Rondônia para o quadro federal é um direito que há décadas vem sendo negado aos servidores do ex-Território do Guaporé. Os politiquieiros e sindicalistas se aproveitam da aspiração desses servidores para prometer a transposição. Nos momentos de eleição, essa reivindicação é usada pelos carreiristas eleitoreiros. A cada dois anos (eleição para o executivo e legislativo municipal, estadual e federal), os burocratas se utilizam dos sindicatos para angariar votos em torno desta bandeira. Fato que também vem sendo usado pelo ex-presidente Lula e, agora, por Dilma.

Os servidores do ex-Território obtiveram esse direito em função de terem sido contratados no período em que Rondônia ainda era Território. Segundo um dispositivo da Constituição federal, o território de Rondônia passou a ser estado no ano de 1987, portanto, todos os servidores que foram contratados no período de 1981 a 1991 passariam para o quadro federal, isso porque tem uma carência de obrigações nesse período do governo federal. O que não foi cumprido.

Assim, a luta se arrasta por três décadas. Depois de forte pressão dos servidores públicos de todo estado, que os levou acamparam em Brasília, Dilma prometeu resolver o problema.

Mas até agora nada. O fato é que os servidores não suportam mais esperar. Existe um alto percentual que só está esperando a transposição para se aposentar. Os governantes só voltam a falar do problema quando os servidores usam os métodos da ação direta e ganham as ruas. Está aí por que dizemos que a transposição só sairá do palavreado se os servidores intensificarem a mobilização nas ruas e marcharem para Brasília.

Manobra do governo Dilma

A presidente Dilma diz que concorda em iniciar a transpo-

sição com abrangência inicial apenas para os servidores contratados até 15 de março de 1987, com o salário dos servidores federais do ex-território, porém, com enquadramento escalonado. Ou seja, a transferência dos servidores para a folha da União já no início de 2013, mas com o salário pago pelo governo do estado, pagamento de 50% do enquadramento em 2014 e 100% do enquadramento na folha do governo federal apenas em 2015.

Isso significa que só passarão a receber o salário igual aos servidores federais em 2015. Os demais servidores de 1988 até 1995, que têm o mesmo direito, ficaram de fora.

Burocracia do Sintero quer tirar proveito Responder com os métodos dos trabalhadores

O presidente do Sintero, Manoel Rodrigues, chamou as demais entidades dos servidores do estado e propôs assembleias unificadas para resolver os problemas relativos à transposição. O objetivo é utilizar os sindicatos para mover ações trabalhistas para ampliar o direito de transposição aos servidores que ficaram fora da proposta do governo federal.

A burocracia quer iludir os servidores descontentes que por meio da Justiça poderão ter o direito estendido. Falso. A função de um dirigente sindical é a de unir os que serão enquadrados na proposta governamental com os que ficaram de fora. Convocar assembleias unitárias para impedir que o governo fragmente a luta desses servidores. A divisão do movimento é uma medida patronal/governamental. A unificação/centralização do movimento é o método dos trabalhadores.

Nossa resposta: não ao escalonamento! Incorporação imediata de todos os servidores que têm esse direito! Nada de esperar até 2015, porque já são três décadas de espera! Não é hora de ações judiciais, é hora da organização da luta unitária!

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Ocupações e greve dos estudantes da USP pelo Fora PM e Fim dos Processos



Uma luta em defesa da autonomia universitária e do ensino público

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

A luta dos estudantes da Unifesp Guarulhos contra o privatismo e em defesa da universidade pública



2ª edição

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Crítica ao Plano Nacional da Educação de Dilma



Resposta proletária à manobra do governo de reforma do Plano de Carreira

Crítica ao documento da burocracia da Apeoesp: "Conversas sobre a carreira"



Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Carta aberta aos estudantes, professores, funcionários e aos moradores de Guarulhos

Estamos sendo intimados um a um a prestar depoimento sobre o movimento em defesa da Unifesp de Guarulhos.

Começou uma nova fase da perseguição política contra os estudantes que foram presos.

O reitor e governo querem nos punir com a expulsão.

Estamos diante da criminalização da luta estudantil por uma causa justa.

Toda força à nossa campanha pelo fim dos processos e das perseguições!

Vocês sabem perfeitamente que lutamos por uma causa. Em nenhum momento da greve e da ocupação da Unifesp Guarulhos, estivemos movidos por interesses particulares deste ou daquele grupo, deste ou daquele setor da universidade. Pôr em pé o edifício do campus foi e é nossa causa.

Estamos certos que ninguém de sã consciência poderá dizer o contrário. Os estudantes que tiveram à frente do movimento assumiram com maior determinação a reivindicação junto ao reitor e ao governo federal. Por isso mesmo, somos mais de 100 estudantes processados pela Polícia Federal, juntando os dois processos. Uma parcela arca com dois deles, o que mostra que não era a repressão que os demoveria da causa e da justa luta.

Logo após o fim da longa greve, o reitor e o governo anunciaram a verba e o projeto de construção. Somente diremos que foi uma conquista quando inaugurarmos o novo campus. Mas, sem dúvida, nosso movimento, nossa ocupação, a invasão policial e as prisões coletivas obrigaram que as autoridades dessem um passo adiante. Obrigaram que um grupo de professores encastelado na burocracia da instituição viesse à luz do dia dizer que a Unifesp no Bairro dos Pimentas é temerária, sem sentido acadêmico e afastada de seu projeto elitista. A greve, a ocupação e as manifestações exigiram um debate, que ganhou as páginas da grande imprensa. Os três setores que compõem a universidade foram obrigados a se pronunciar. Os professores – a maior parte – se colocaram contra os estudantes.

Como se vê, não escondemos nada. Fomos transparentes em nossa reivindicação e firmes no uso do método coletivo de luta. Nosso movimento somente poderia ser assim porque lutamos por uma causa específica, que é a da construção do prédio de Guarulhos e uma geral, que é a do ensino público e gratuito. Esse conteúdo e a movimentação coletiva explicam por que mais de 100 estudantes estão processados.

A criminalização que sofremos objetiva quebrar a determinação com que enfrentamos a intransigência e resistência das autoridades em reconhecer as reivindicações e em atendê-las.

Trata-se de uma ação política da reitoria e do governo, com apoio de setores autoritários e reacionários da burocracia universitária.

Nós estudantes, selecionados para pagar por todo o movimento, somos vítimas da perseguição política. O processo que nos foi imposto é de ordem política. É escabrosa a imputação de “formação de quadrilha”. Deveria assombrar os professores que têm alguma ligação real com o ensino e a educação, que conservam alguma noção de verdade e que prezam pela política como força transformadora.

Nossas reuniões, assembleias, manifestações e ocupação estão consagradas pelos movimentos sociais. Taxá-las de formação de quadrilha, de ação predadora e de violência gratuita é usar a justiça como instrumento da mentira, da falsificação.

Vimos diante dos estudantes, dos professores, dos funcionários e da população defender nosso movimento e a sua causa. Fazemos uma campanha de denúncia contra esse processo judicial como criminalização política dos estudantes que ombraram as forças contrárias às reivindicações e à nossa ação coletiva.

Estamos sendo chamados um a um para prestar depoimento, como se a responsabilidade fosse individual. Assumimos a greve e a ocupação como um método coletivo de luta. Assumimos todos os conflitos que despertam. Mas como acontecimento social e político. A pecha de crime é uma arma do poder que nos oprime, contra o qual nos chocamos. Chamamos os estudantes e a todos que aceitem que há uma criminalização do movimento social a reforçarem nossa mobilização para derubar o ataque ao direito de manifestação, tal qual expressou nossa greve e nossa ocupação.

Pelo fim dos processos! Abaixo a criminalização das lutas! Derrotemos a perseguição política da burocracia universitária e do governo federal! Levantemos no alto a bandeira: construção já do campus de Guarulhos no Bairro dos Pimentas!

Nesta edição:

- A essência do balanço das eleições na Venezuela
- Argentina: O governo faz chacota da população ou é tão estúpido que acredita em suas próprias mentiras?
- Violência do Estado contra as manifestações dos europeus
- Trotsky: Quatro médicos que sabiam demais

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

A essência do balanço das eleições na Venezuela

As eleições na Venezuela foram o centro de atenção não somente na América Latina mas também nos países imperialistas, principalmente nos Estados Unidos. A razão está em que se constituiu uma candidatura da oposição burguesa unificada, que, desta vez, conseguiu polarizar o país. Logo se evidenciou que o candidato Capriles não venceria o caudilho Hugo Chávez. No entanto, o fato de arrastar uma importante parcela da população, praticamente toda a classe média, incentivou o imperialismo e as frações pró-imperialistas das burguesias latino-americanas a contarem com a possibilidade de uma vitória opositora. O objetivo da campanha foi o de potencializar o anti-chavismo, tendo por base as dificuldades econômicas da Venezuela e os impasses da política econômica do governo.

A derrota de Capriles não foi recebida como tal pelas forças da reação internacional que o apoiou. Isso porque a candidatura anti-chavista conseguiu dar corpo político e social à oposição, que, com seus 44,9% dos votos e com a organização de uma multidão da pequena burguesia, saiu fortalecida. Hugo Chávez respirou aliviado com seus 54,4%, mas sentiu a força crescente da oposição.

A Unidade Democrática poderá agora servir de instrumento mais eficaz da intervenção imperialista na vida política venezuelana. Chávez terá mais um mandato de cinco anos, porém não terá as mãos livres como antes. Não por acaso, o caudilho comemorou sua vitória acenando para Capriles uma convivência menos atritosa entre governo e oposição. É bem possível que Chávez tenha de fazer concessões à direita pró-imperialista.

A ascensão da oposição burguesa indica o declínio do chavismo, cujos limites da política nacionalista já se mostraram definitivos. O problema fundamental está em que a classe operária e as massas camponesas pobres continuam subordinadas ao governo burguês, que as ludibria com algumas medidas de estatização com a devida indenização e com o assistencialismo.

A tendência, no entanto, é de agravamento da luta de classes na Venezuela.

É urgente a tarefa de pôr em pé um partido revolucionário, marxista-leninista-trotskyista, que empunhe o programa da revolução anti-imperialista e anti-capitalista, portanto, a revolução proletária.

Permanece no poder a camarilha bonapartista, mas também fortalecem as tendências reacionárias organizadas na Unidade Democrática. O proletariado deve erguer-se como classe independente e derrotar ambas frações burguesas com seus métodos de luta

Lucas Martinez

Não houve surpresas. Chávez (PSVU, Partido Socialista Venezuelano Unificado) caminha para o cumprimento de seu quarto mandato. Derrotou com 54,4% (7,4 milhões dos votos) o candidato Capriles (Mesa de Unidade Democrática), que obteve 44,9% (6,15 milhões) dos votantes. Os votos brancos e nulos não chegaram, somados, 1%. Foi a mais renhida disputa eleitoral que enfrentou o oficialismo e uma clara manifestação de crescente polarização que se opera na população, como produto do desgaste de mais de 14 anos de governo chavista.

Os monopólios privados da imprensa venezuelana atu-

aram, desde o início, como porta-vozes das frações mais reacionárias das burguesias imperialista e semicolonial, que se juntaram na Unidade Democrática. E se apoiou na grave situação material e social das massas venezuelanas para conquistar apoio eleitoral ao seu protegido Capriles. Mas não puderam romper o domínio informativo empregado pelo oficialismo, que tem em suas mãos os meios mais importantes do país.

Para tentar romper o cerco a partir de fora, recorreram desta vez ao apoio dos grandes monopólios de imprensa do continente. Colocou-se para funcionar, assim, uma extensa cam-

panha anti-chavista, constituindo-se em um ponto de apoio concreto para organizar os venezuelanos que residem no exterior. Voos comerciais servirem para mobilizá-los. Embaixadas e consulados de alguns países se converteram em declarados comitês de campanha da oposição burguesa fora do país.

No entanto, os imensos recursos estatais que maneja o chavismo se ergueram como uma muralha as aspirações eleitorais da oposição pró-imperialista. O apoio eleitoral decisivo provém das camadas empobrecidas, que nas últimas décadas obtiveram melhorias em suas miseráveis condições de vida e recordam com ódio do governo de Carlos Andrés Pérez, associado ideológico e politicamente à União Democrática.

Por outro lado, Capriles se apressou a dizer que continuaria com as políticas sociais do chavismo. Transparecia, desse modo, a compreensão da grande burguesia sobre a situação política que colocou fim a toda uma época marcada pelo bipartidarismo e a alternância de suas frações orgânicas no exercício do poder, de 1950 a 1999. As ilusões das frações associadas a Capriles se contabilizavam que, com seu triunfo, poderiam chegar a abrir uma nova oportunidade para uma ofensiva em todo o continente para recuperar os governos na Bolívia, Equador e Argentina.

A vitória de Chávez pôs por terra essas esperanças. E demonstrou que a crise dos partidos burgueses, produto da revolta das massas que arrasou com os governos entreguistas dos anos 90, opera como bloqueio às aspirações das frações mais reacionárias da burguesia semicolonial.

Políticas de classes antagônicas ou políticas da mesma classe com contradições?

É um problema concreto para o imperialismo e para as frações mais reacionárias das burguesias semicoloniais a vitória de Chávez. No entanto, os revolucionários não devem esquecer que nas eleições se espelham também a crise da instituição burguesa. Chávez, Evo, Kirchner ou Correa, com suas particularidades e ritmos diferenciados, são o resultado de um mesmo fenômeno político que nasce e se desenvolve no seio da crise capitalista dos anos 90. E da quebra da relação entre as massas e os tradicionais partidos burgueses, até então dominantes nas semicolônias.

Em outras palavras, o chavismo é o produto histórico de uma mobilização de massas, que foi capaz de derrubar governos e se chocar com as instituições burguesas, mas incapaz de levantar uma política independente que levasse o proletariado ao poder sob a forma de governos operários e camponeses. A crise de direção revolucionária adquire, assim, toda dimensão histórica para a luta de classes.

Foi por isso que a energia, disposição e tendências progressivas presentes entre as massas, foram desviadas para uma nova estabilização do regime capitalista e para as ilusões democráticas.

Processo que, sem dúvida, não esteve isento de choques entre os governos nacionalistas e o imperialismo. Refletindo, desse modo, os choques entre nações oprimidas e opressoras, claro que sob a forma de uma política burguesa incapaz de emancipar a nação do jugo imperialista pela via da ruptura radical com o imperialismo e com a grande propriedade privada monopolista.

É esta relação de forças e sua específica expressão na superestrutura política venezuelana, que faz das eleições uma disputa interburguesa. Não foi, como quis fazer crer Chávez, uma luta entre a Pátria e o Império. Isso não representou mais do que uma cobertura ideológica para o continuísmo no poder da burocracia estatal e da burguesia enriquecia ao calor dos negócios com o Estado.

O certo é que seu maior acerto foi o de apelar para a experiência das massas com os governos dos anos 90, recordar a identificação de Capriles com os golpes de Estado e a invasão da embaixada cubana, e aproveitar-se da dependência de milhões de venezuelanos do assistencialismo estatal que verticaliza o domínio eleitoral do governo sobre os setores mais empobrecidos da população.

Por outro lado, Capriles não renegou os planos sociais e prometeu continuá-los. Disse que não só eram necessários como compatíveis com os investimentos e a propriedade privadas. A grande burguesia sabe que já não é possível governar sem outorgar certas migalhas às massas: aí estão Dilma ou Evo para demonstrar que é possível combinar o assistencialismo com os planos dirigidos a aumentar os lucros dos monopólios.

Resumindo: Chávez e Capriles conformam os dois polos extremos em que se divide a política das frações burguesas em disputa. De um lado, as frações mais concentradas e integradas ao mercado mundial; de outro, as frações vinculadas ao mercado interno.

Ganhando Capriles, em resumo, se modificariam as formas, os ritmos e a intensidade da acumulação e reprodução capitalista, assim como as relações recíprocas de suas frações no interior do Estado.

Os choques com o imperialismo se aprofundarão ou alcançarão um novo equilíbrio?

O governo de Chávez, apesar das expropriações e de seu discurso anti-norteamericano radicalizado, é um governo burguês. Afirma que é possível a convivência harmônica entre a propriedade privada e a estatal. Deseja, como Evo Morales, tornar-se sócio das multinacionais ou, quando muito, estar em melhores condições para negociar seus benefícios, utilizando-se dos setores estatais mais lucrativos e estratégicos, como é o do petróleo. E se utiliza dos programas assistencialistas para submeter politicamente as massas, para desviá-las de sua luta anticapitalista, estatizando suas organizações ou reprimindo-as.

Por sua vez, o imperialismo compreende que não chegou a hora de substituir o governo nacionalista, porque isto pode levar a um choque aberto com as massas de inesperadas consequências em todo o continente. Trata-se de uma situação de equilíbrio relativo, imposta pelo conjunto da situação mundial e da luta de classes. Impõem, assim, a busca de acordos que sustentam esse delicado equilíbrio, enquanto espera uma situação favorável para impor a sangue e fogo seus interesses.

Nesse jogo de pressões mútuas adquire um papel vital os interesses criados ao redor da importação de petróleo pelos Estados Unidos e a estabilização de seus preços internacionais. Trata-se de um problema que afeta diretamente a estabilidade das bolsas de valores mundiais e atua portanto como um freio ao objetivo de aprofundamento dos

antagonismos sociais em escala mundial.

Voto crítico ou independência de classe com um voto nulo programático?

As ilusões democráticas das massas continuam presentes e fortalecidas na Venezuela. O problema está em que não existe um partido marxista-leninista-trotskista enraizado nas lutas do proletariado. As correntes que se reivindicam do marxismo e da classe operária tinham o dever de trabalhar pela constituição de uma frente única anti-imperialista, sob a estratégia da revolução proletária. No entanto, estão limitadas ao eleitoralismo e condicionadas pelas ilusões democráticas impostas às massas pelo chavismo.

A esquerda centrista, dita trotskista, renegou esta tática que implicava, além disso, a árdua tarefa de construir no seio das massas um sólido partido-programa. E se inclinou pelo voto crítico ao candidato operário Orlando Chirino, do PSL.

O PO, o PTS (LER-QI) e o PSTU (LIT-QI) justificaram o voto crítico no PSL (uma cisão do PSVU, que rompe com ele para oscilar entre as alianças oportunistas com partidos e frações sindicais da oposição burguesa), que se tratava de um candidato operário e um chamado para que “os trabalhadores votem em trabalhadores”. Ainda que reconheçam que não modificaria o resultado (o PO o define como “*um voto testemunhal*”), consideram-no como um avanço no caminho de sua independência.

Mas a realidade é que não existe nenhuma justificativa política ou histórica para o voto crítico no PSL. Não há uma virada das massas proletárias para a esquerda ou uma ruptura de um importante destacamento dos explorados com o nacionalismo burguês. Os resultados eleitorais demonstram que o proletariado e os oprimidos se inclinaram, ou bem para o chavismo, ou bem para a oposição burguesa. É inegável, além disso, que o PSL se constitui em um bloqueio à construção do partido-programa pelo caráter oportunista, eleitoreiro e democratizante de toda sua política na luta de classes.

A justificativa do voto crítico gira, assim, no vazio. É mais

provável que os centristas procuraram reproduzir artificialmente a experiência da Frente de Esquerda no território venezuelano, procurando fortalecer seus pequenos grupos e posições à custa do PSL, ainda que isso signifique renegar a intervenção independente da vanguarda proletária por entendê-la como uma expressão “sectária” e “marginal”.

Como conclusão

O PSVU culminou em um partido único da camarilha bonapartista que vive às custas do saque da riqueza nacional. O chavismo não resultou no desenvolvimento harmônico e racional das forças produtivas nacionais, mas sim na perpetuação de seu caráter atrasado. Tampouco pôde emancipar a nação de suas relações de dependência com o mercado mundial e com os monopólios imperialistas, ao contrário, têm aprofundado. As massas e a nação inteira pagam com seu empobrecimento a festa do enriquecimento bastardo da camarilha burocrática que domina o país. A “revolução socialista do século XXI”, com mais de 14 anos no exercício do poder, se apoia na exploração operária sobre a qual se ergue, eleva e enriquece o “capitalismo de amigos”, desde 1999 até agora.

Não desconhecemos que o nacionalismo de conteúdo burguês e o imperialismo não ocupam um mesmo lugar na luta de classes. Mas o papel de um e de outro está condicionado historicamente pela presença e ação independente do proletariado como classe separada e em choque com a burguesia.

Embora o chavismo tenha ido mais longe que outros governos nacionalistas nos atritos com a propriedade privada imperialista, se levantou por isso mesmo em contrapeso à ação independente do proletariado. Daí, também, que a efetiva e completa emancipação nacional da opressão imperialista depende do surgimento e fortalecimento da vanguarda educada e forjada nos métodos da revolução proletária, capaz de entroncar com as tendências das massas e projetá-las para luta pela revolução e ditadura proletárias, com os métodos e táticas da revolução socialista.

Bolívia

Novo triunfo eleitoral de Chávez na Venezuela

Toda reação no continente estava iludida de que desta vez Chávez perderia as eleições para Enrique Capriles, candidato único da oposição direitista.

Os formadores de opinião quase davam por certo a derrota de Chávez e se deleitavam diante da perspectiva de que Evo Morales perdesse o seu maior aliado.

Os resultados da eleição, na Venezuela, deram fim às ilusões dessa direita recalitrante que acredita que Chávez é um revolucionário comunista.

Hugo Chávez Frias é um impostor número um da coleção de anti-neoliberais da espécie de Evo Morales, Cristina Kirchner, Ollanta Umala, José Mujica, Lula da Silva e sua sucessora Dilma Rousseff, Daniel Ortega, Fernando Lugo, que se auto-proclamam revolucionários, mas que não passam de vulgares democratas pró-burgueses, respeitosos da grande propriedade privada, isto é, do capitalismo.

Chávez propõe o “Socialismo do Século XXI”.

Resumimos, as grandes linhas, seguindo um de seus ideólogos, Heinz Dieterich Steffan, da colocação Chavista.

“O que caracteriza nossa época é o esgotamento dos projetos sociais da burguesia e do proletariado histórico, e a abertura da sociedade global para uma nova civilização: a democracia participativa... Ninguém que entenda esta primeira etapa da sociedade moderna acreditará que o capitalismo possa ser um sistema do futuro que dê à humanidade as bandeiras que esta reivindica: paz, democracia real e justiça social. E ninguém que seja realista se atreveria a pensar que o que foi o socialismo “realmente existente” sirva, no entanto, para aglutinar uma alternativa mundial, capaz de superar o capitalismo por meio de um movimento de massas”.

“O Novo Projeto Histórico (NPH) se desenvolverá em três etapas: a) a fase final é a sociedade sem economia de mercado, sem Estado e sem cultura excludente; b) a fase intermediária será um tempo

de coexistência de elementos herdados da sociedade global burguesa e de elementos da nova sociedade global pós-burguesa, que servirá para harmonização gradual entre os níveis de desenvolvimento tecnológico, educacional, econômico, político, cultural, militar, etc., dos Estados do Primeiro Mundo e dos Estados neocoloniais. A função desta fase consiste na evolução gradual e deliberada das estruturas objetivas e subjetivas que tornarão obsoletas as estruturas e padrões de comportamento exploradoras, repressivos e alienantes que são característicos de todas as sociedades de classe do passado; c) a primeira fase de superação do capitalismo global é o tempo que estamos vivendo; a dinâmica da luta democratizadora nesta etapa é determinada pela relação entre três fatores: as estruturas e consciências de classe; os objetivos estratégicos do NPH e a correlação de forças entre os principais atores sociopolíticos contemporâneos. O objetivo desta primeira fase do programa de transição consiste em alcançar a conscientização das maioria em tal profundidade e amplitude, que a correlação de forças em escala mundial se incline em favor dos setores democratizantes, permitindo, desta maneira, a neutralização crescente do sistema capitalista e de suas elites como determinantes da lógica de desenvolvimento da sociedade global”.

Como se conquistará essa conscientização que gradualmente tornará obsoleto o capitalismo sem a necessidade de uma revolução violenta contra os opressores?

Simples: “Com a Internet e as oportunidades que oferece o correio eletrônico, teremos, pela primeira vez na história da humanidade, os meios tecnológicos para construir o movimento global de abolição do capitalismo”.

A colocação é tão ridícula – até supera as elucubrações do malabarista intelectual Garcia Linera – que não permite qualquer comentário, mas está claro que o chavismo não vai além do democratismo burguês e não se coloca nem por aproximação a destruição da grande propriedade privada sobre os meios de produção, que se espera que desapareça tranquilamente ao torna-se obsoleta pela conscientização democrática participativa do povo por meio da internet.

Bom, mas o fato é que o grande impostor Chávez voltou a ganhar com 54% dos votos (aproximadamente 8 milhões de votos diante dos 6 milhões do candidato opositor Capriles).

A Revolução Bolivariana chavista não mudou em nada a estrutura econômica venezuelana concentrada quase que ex-



clusivamente na produção e exportação de petróleo. Venezuela possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e, no entanto, é incapaz de garantir o autoabastecimento alimentar. A distância entre ricos e pobres é um abismo. Venezuela é um tipo de país capitalista atrasado submetido ao poder imperialista.

Não resta dúvida que esse palavreado chavista não se concretiza em nenhuma melhoria efetiva das condições de miséria extrema da grande maioria oprimida na Venezuela, no entanto, para essa maioria oprimida o retorno da oposição direita ao poder não é uma opção.

O que toda oposição direita conseguiu foi unificar-se para apresentar um candidato único e capturar boa parte do eleitorado pequeno-burguês das cidades, e conseguiu, contrariamente, aglutinar a maioria empobrecida ao redor da figura do caudilho populista. A corrente abstencionista, que na eleição anterior havia potenciado e que interpretamos como a expressão da desilusão de importantes setores chavistas, agora diminuiu, diante do perigo do triunfo da oposição unida; ainda que não é desprezível os 20% que não foram votar.

Quanta falta faz a presença do partido operário revolucionário na Venezuela para superar o chavismo!

(Extraído do Jornal Massas, nº 2284, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

O governo faz chacota da população ou é tão estúpido que acredita em suas próprias mentiras?

Um dos problemas mais graves que sofre a população é a inflação crescente, que há anos liquida permanentemente nossos salários.

Quando falamos de inflação nos referimos ao aumento de preços dos bens e serviços, o que se mede e publica como índice de preços ao consumidor. Não estamos falando de nenhuma outra coisa.

Os “ajustes” de acordos trabalhistas, das dotações familiares, do salário mínimo, tem alcançado uns 25% ao ano. Se fosse

correto que a inflação é de 10% anual, deveríamos concluir que tem havido um incremento real da capacidade aquisitiva de 15%. Mas temos a certeza de que não há tal recuperação salarial, ao contrário, há estagnação ou retrocesso.

Ainda que queiram negar ou ocultar, a inflação existe e gera um descontentamento generalizado e simultâneo de toda população. O governo diz que não tem nada a ver, que são os empresários os que colocam os preços, mas o que fica claro é que é absolutamente impotente para enfrentá-los.

Não só a emissão monetária explica a crescente inflação. A formação de preços em uma economia altamente monopolizada é um fator determinante da carestia. O preço dos combustíveis, o aço, alumínio, etc. é estabelecido por setores altamente monopolizados, onde não há concorrência, e os preços que fixam se passam para o resto da economia.

A elevação dos preços de produtos primários empurra a maioria à alta inflacionária. Desde janeiro, o trigo aumentou 37% e o milho 27%. O preço do trigo empurra o preço das farinhas e então do pão. O crescimento internacional dos preços dos cereais afeta o preço do pão. Os grandes comerciantes de trigo querem obter no mercado interno o mesmo preço que obtêm por seu produto no mercado internacional, ainda que, quando caem essas cotizações internacionais, os preços dos produtos no mercado local não retrocedem jamais.

A brecha entre os preços ao produtor e ao consumidor pode chegar a 1600%. O apicultor recebe por seu mel \$8,30 o quilo, mas em seu mostrador se vende a \$32,50. Pela polenta, se paga 0,75 por quilo e chega ao consumidor a \$14,50. O lavrador recebe \$ 2,80 por quilo de tomate, mas no supermercado custa nada menos do que \$12 o quilo. A indústria paga 0,11 o quilo e ao consumidor chega a \$6,50(a oferta está muito atomizada, mas três empresas processadoras concentram 40% do mercado. – sobre 40 empresas processadoras) (Declaração de Ferrero de CRA).

Os produtores de leite vêm de uma grande luta contra as usinas, conseguindo de 10 a 15 centavos de reajuste no preço do litro do leite na porteira, estavam recebendo \$1,50 por litro, (reivindicavam 30), mas o preço médio dos produtos deriva-

dos (diversos tipos de leite, iogurtes, cremes, queijos, manteigas, etc.) supera os \$ 5.

A formação de cadeias gigantescas de supermercados que concentram a venda de produtos de primeira necessidade condiciona que produtos se vendam e determinam os preços, ficando com margens de lucros espetaculares e proporcionando aquelas marcas que têm capacidade de investir somas milionárias em publicidades. Todos esses aspectos têm incidência na alta generalizada dos preços.

A burguesia interessada em manter esse processo quer que os trabalhadores sejam os responsáveis pela elevação dos preços e dizem que os “*reajustes salariais desmedidos*” alimentariam a inflação.

O último cálculo da CBA do custo para manter uma família no mês de agosto passado era de \$ 226,22 por mês para uma pessoa adulta (\$ 7,54 por dia) e o custo total é de \$ 503,37 (\$ 16,78 por dia). O dado é proporcionado por meio do Indec, o que pode ser comprovado pelo seu site na internet.

O governo e a funcionária encarregada do Indec dizem que não são seus números. É falso. Estes são os números que publicam. Se não são estes, quais seriam para o Governo os valores reais? A inflação é vivida dramaticamente pela maioria da população e estas estatísticas são uma burla aos padecimentos diários. A mentira é muito grave, mas seria muito pior se se acreditasse que estes números são certos, já que demonstraria que estamos em mãos de pessoas com um grau de irresponsabilidade e delírio que nos põem em perigo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 265, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Violência do Estado contra as manifestações dos europeus

A população da Grécia, Espanha, Portugal e recentemente Itália saiu nas últimas semanas de setembro e início de outubro para protestar contra as novas medidas de ajuste e austeridade anunciadas pelos seus respectivos governos.

É um sinal de que o pior ainda não passou, pois após quatro anos de cortes nos salários, nas aposentadorias, em direitos sociais, alterações nas leis trabalhistas e previdenciárias, as medidas ainda não foram suficientes para conter a sangria dos cofres públicos, que vêm alimentando o capital financeiro e os grandes capitalistas mergulhados na crise econômica. A resposta dos trabalhadores e da juventude evidencia como estão sendo drásticos os novos “ajustes” já implementados pelos governos e o quanto está longe a expectativa de melhora no quadro geral da Europa, particularmente, nos países que compõem a zona do euro.

“Resgate” de Portugal e manifestações nas ruas

Em maio de 2011, o governo português fechou um termo de compromisso com o Banco Central Europeu, com o FMI e Conselho da União Europeia. Em linhas gerais, estabelecia redução progressiva dos gastos públicos, diminuição, portanto, do chamado déficit público. Para alcançar as metas estabelecidas (5,9% em 2011, 4,5% em 2012 e 3,0% em 2013 do déficit

em relação ao PIB), o governo teria de: (a) congelar os salários durante os próximos três anos; (b) reduzir e não contratar mais pessoal para os serviços públicos; (c) controlar os gastos com a área da saúde, reduzindo o repasse para o “Sistema Nacional de Saúde”; (d) reduzir pensões acima de 1500 euros; (e) reduzir as ajudas para os desempregados; (f) reduzir em mais de 500 milhões de euros os gastos com o investimento em infraestrutura; (g) aumentar a arrecadação através do Imposto de Renda; (h) aumentar os impostos sobre certas mercadorias (tabaco, veículos, etc.); (i) permitir liquidez aos bancos, facilitando a liberação de obrigações até o montante de 35 milhões de euros por banco; (j) estabelecer regras e metas de estabilidade para os bancos privados, mas, caso esses não alcancem, recorrer aos fundos públicos até o montante de 12 milhões de euros.

Como se vê, o chamado “resgate financeiro” não passou de uma série de medidas para taxar os assalariados, reduzir direitos sociais e beneficiar os grupos capitalistas. De tão duras e profundas as medidas, o BCE e o FMI já permitiram no presente ano diminuir a meta de 4,5% de déficit para 5,0% do PIB. O anúncio da revisão dos percentuais acontece agora no início de outubro, quando o país foi sacudido por duas poderosas manifestações dos trabalhadores e da juventude portuguesa.

A primeira manifestação, em 15 de setembro, ganhou as pá-

ginas dos principais jornais da mídia internacional. Calcula-se que pelo menos 500 mil portugueses estiveram em Lisboa e outras grandes cidades do país para dizer não ao plano de austeridade colocado em prática pelo governo. Aparentemente, sem uma organização poderosa por trás, a manifestação canalizou o descontentamento de milhões de portugueses, que estão desempregados, sofrendo os impactos dos ajustes forçados e que não vêem perspectiva de futuro.

De fato, foi um ato considerado do “bloco das esquerdas”, no qual convergem as mais variadas tendências da pequena burguesia e mesmo da burguesia acoçada pela falta de investimento e ajuda governamental às empresas nacionais. As centrais e sindicais aparecem a reboque dessa grande manifestação. Depois das greves por tempo determinado em 2010 e 2011, os grandes sindicatos e centrais não se colocaram por organizar uma luta contra o governo; ao contrário, aguardaram pacientemente as medidas serem colocadas em prática, uma após a outra.

A burocracia sindical não pode, entretanto, conter o instinto de revolta e de resistências das massas assalariadas. O dia 15 de setembro comprovou isso. O que uniu desempregados, assalariados dos setores privados e públicos e juventude foi o rechaço ao plano de austeridade assinado entre governo e a troika (BCE, FMI e Conselho da UE). Em relação a essas medidas, não é possível conciliação; a resistência, primeiro passo para a ofensiva, foi levantada no dia 15 e as massas enxergaram a possibilidade de organização e mobilização, como já vinha ocorrendo em outros países como Grécia e Espanha.

Para não perder o controle da situação, a CGTP convocou nova manifestação para o dia 29 de setembro, também em Lisboa. Ocorreu com algumas dezenas de milhares de manifestantes. O essencial dessa segunda manifestação foi apresentar a “proposta alternativa” da Central, que se resume em maior taxação dos maiores rendimentos, das maiores fortunas. Portanto, uma proposta limitada e inócua, oposta à defesa proletária de rompimento com o acordo, de defesa dos salários, dos empregos e condicionada à luta geral, que só pode se dar através da greve geral dos trabalhadores.

Sabemos que nem burocracia nem governo segurarão as massas oprimidas na atual situação, novas manifestações voltarão a ocorrer. O problema está em que passem da resistência e da revolta contra a política do governo para a defesa incondicional dos salários, dos empregos e das condições de vida de toda população, através da paralisação dos setores produtivos, tendo à frente a classe operária do país.

Espanha: mais cortes por parte do governo e mais atos das massas exploradas

Depois de atos e manifestações também em setembro, Espanha voltou a ter concentrações de dezenas de milhares de pessoas nas principais cidades do país. Em 07 de outubro, calcula-se que 57 cidades tiveram protestos contra os cortes anunciados ainda para esse ano e para 2013. Envolvem, como em Portugal, corte em áreas sociais, abandono dos desempregados à própria sorte e aumento de taxações aos assalariados.

As manifestações de setembro foram marcadas por maior radicalidade, tendo grande participação a juventude espanhola, golpeada pelo desemprego. Foram duramente reprimidos



os manifestantes a mando do governo de Mariano Rajoy, primeiro-ministro, que ainda zombou dos mobilizados, dizendo que se tratava da “minoria” da população.

O ato de domingo, dia 07, no entanto, mostrou que não se trata de oposições artificiais, mas de um gigantesco movimento de revolta contra a política adotada pelo governo. Além das Centrais Sindicais, outras 150 organizações participaram das manifestações. Em todas as regiões do país, mesmo as consideradas autônomas, encontram-se milhares de trabalhadores oprimidos a espera do momento para atuar contra as medidas recessivas e destruidoras do governo burguês.

Infelizmente, como em Portugal, as maiores Centrais ainda supõem poder fazer pressão a conta gotas, controlando a revolta instintiva e apresentando propostas alternativas. A data aprovada para uma greve geral, por tempo determinado, é apenas em 14 de novembro, para confluir com a greve também convocada em Portugal. Esse calendário evidencia a disposição da burocracia em conter as mobilizações e continuar com seu papel de pressão institucionalizada, sem parar a produção e sem se opor frontalmente ao governo subserviente aos órgãos imperialistas.

Itália: manifestações estudantis e aumento da instabilidade interna

O governo italiano já assinalara desde o começo do ano que suas finanças não estavam bem. Sinalizava assim que precisava intervir mais fortemente na economia ou recorrer aos fundos da zona europeia, como já fizeram Grécia, Irlanda e Portugal.

O plano de austeridade na Itália tem como meta reduzir os gastos em mais de 30 bilhões de euros, apenas em 2012. O resultado disso foi o corte na educação, na saúde e nos auxílios previdenciários e aumento de impostos e taxações. Em resposta a essa situação, nas principais cidades, milhares de estudantes foram às ruas no dia 05 de outubro protestar contra o pacote do atual primeiro-ministro Mario Monti.

Também duramente reprimido, a juventude abriu o caminho para as mobilizações massivas, embora a classe operária, atingida pela crise na indústria, e demais assalariados ainda se encontrem amortecidos com a possibilidade de melhoria da economia nacional, defendida pelo governo.

Os números, porém, são opostos a esse otimismo governamental. A previsão é que o PIB regreda em 2,4% em 2012 e a

dívida pública se aproxime dos 2 trilhões de euros, ou cerca de 124% do PIB nacional. A venda de títulos públicos em 2012 tem servido para pagar juros e amortizar dívidas de anos anteriores. Logo, a situação tende a se agravar, o quadro de recessão aumentará o desemprego, cujos dados oficiais variam entre 9% e 11% para a população em geral e cerca de 30% para a juventude. Serão inevitáveis novas manifestações, a defesa do emprego, do salário e das condições de vida aparecerão com força nos próximos meses.

A crise histórica da direção política do proletariado

Sem dúvida, jovens, desempregados, funcionários públicos, assalariados dos serviços e a classe operária têm dado valiosos exemplos de combatividade nos últimos quatro anos na Europa. Desde 2008, por exemplo, a Grécia vive em constante instabilidade política. A dificuldade dos governos que têm se sucedido em administrar as revoltas só é contrabalanceada pela política traidora das centrais e sindicatos e pela força do aparelho repressivo.

As dezenas de manifestações, atos e greves parciais e gerais que têm ocorrido demonstram um profundo descontentamento das massas europeias com os planos de austeridade criados pelos órgãos imperialistas e implantados pelos governos burgueses locais. Evidencia-se, contudo, o retrocesso histórico em que vive a classe operária. Faltam a essas mobilizações o programa proletário de defesa das reivindicações mais elementa-

res combinadas às tarefas de destruição do poder burguês e de suas instituições.

A ausência da IV Internacional, a inexistência de partidos operários enraizados nas lutas de cada país facilitam a repressão e deixam livre os governos e também a vasta burocracia sindical, que posa de opositora nas ruas, enquanto aposta na pressão parlamentar, que nada trouxe de 2008 para cá.

A tradição das grandes lutas operárias está inscrita na história da Europa e nenhum governo ou burocracia pode apagá-la. É preciso que as massas, sob a direção do proletariado, resgatem sua história revolucionária, ergam os partidos marxistas-leninistas-trotskistas e façam sucumbir as organizações burguesas e pequeno-burguesas que obstaculizam as lutas de resistência. Sem superar a crise de direção, os próximos anos serão mais sombrios para o velho continente e as massas padecerão com o desemprego, com a piora nas condições de vida e com as mazelas próprias dos países atrasados. O retrocesso nas forças produtivas será gigantesco e será por meio dele que o sistema capitalista buscará sobreviver.

É preciso erguer os partidos revolucionários, reconstruir a IV Internacional e resgatar o programa proletário de destruição do modo de produção capitalista, através da Revolução Socialista. Essa é a única saída para a atual crise capitalista que não resulte em mais destruição e barbárie para os trabalhadores da Europa e do mundo.

No Jornal Massas anterior, publicamos o texto “Tenacidade, tenacidade, tenacidade”, dando sequência a um conjunto de documentos, escritos por León Trotsky, que testemunham a difícil luta da Oposição de Esquerda Internacional contra a reação estalinista. Agora, damos a conhecer o artigo “Quatro médicos que sabiam demais”, de 3 de março de 1938. Esse artigo demonstra o cuidado como Trotsky seguia as ações da ditadura burocrática de Josef Stalin, voltada a liquidar fisicamente tanto os opositores quanto aqueles de seu convívio governamental que ousassem dizer apenas uma verdade contrária ao regime de terror.

Quatro médicos que sabiam demais⁽¹⁾

Leon Trotsky – 3 de março de 1938

Quatro médicos são acusados de terem assassinado dois funcionários soviéticos, Valerian V. Kuibishev e Viajeslav Menshinski e o escritor Máximo Gorki.

Até agora se acreditava que essas três pessoas morreram por causas naturais; Menshinski e Gorki estavam doentes há muitos anos. Seus atestados de óbito foram assinados por meia dúzia de iluminados da medicina soviética e também pelo comissário do povo da saúde pública.

Os corpos foram cremados. Em consequência, não existe a possibilidade de exumá-los e examiná-los publicamente. Em que ponto, então, podem se apoiar as acusações? É evidente que, novamente, dependem de “confissões voluntárias”.

Pessoalmente, recordo muito bem de dois dos “médicos terroristas”, L.G. Levin e D.D. Pletnev. Foram os médicos oficiais do governo desde os primeiros anos da revolução. Os outros dois, I.N. Kazakov e o doutor Vinogradov, recordo-me apenas de seus nomes.

Os quatro, como médicos, não podiam sonhar de maneira alguma em obter postos mais altos dos que já tinham. Nenhum deles nunca procurou fazer parte da atividade política. Então,

quais poderiam ter sido seus motivos para cometer o mais abominável de todos os crimes, o assassinato de um paciente por seu médico?

As acusações se tornam ainda mais inexplicáveis se se considerarmos as três supostas vítimas do terror.

Kuibishev, ainda que residisse no Olimpo soviético, nunca foi considerado por ninguém como um personagem por direito próprio. Transferiam-no de posto a posto como um burocrata sabichão. Não desfrutava de nenhuma autoridade no partido, não tinha ideias políticas. Em benefício do que e de quem era necessário eliminá-lo?

Menshinski, já gravemente doente, foi chefe da GPU em 1927, depois da morte de Félix Dzershinski (2). O indivíduo da GPU que desfrutava da confiança de Stálin para levar a cabo as missões mais secretas era na realidade Henry G. Iagoda. Mas uma vez que Iagoda, um dos atuais acusados, era desprezado em geral e merecidamente, o enfermo Menshinski foi nomeado para realizar as atividades de Iagoda.

Quase sempre, nas seções governamentais, Menshinski apresentava-se com um semblante contraído pela dor. Sua

morte ocorreu mais tarde do que o esperado. Por que, em nome da razão, era necessário envenená-lo?

O fato mais surpreendente de todos, sem dúvida, foi incluir o nome de Máximo Gorki na lista dos “assassinados”. Como escritor e como homem desfrutava da mais ampla simpatia possível. Em nenhum momento foi uma figura política.

Vítima de tuberculose desde a juventude, se viu obrigado a viver na Crimeia. Depois, na Itália fascista, precisamente pelo caráter puramente literário de sua atividade, não teve nenhuma dificuldade com a polícia de Mussolini. Em seus últimos anos, Gorki viveu de novo na Crimeia.

Como era sensível em relação aos problemas dos outros e facilmente influenciável, a GPU o cercou com um verdadeiro círculo de agentes como se fossem secretários, cujo trabalho era o de não permitir-lhe visitantes indesejáveis. Que sentido tinha o assassinato deste doente escritor, quando já tinha sessenta e sete anos?

A incrível seleção de vítimas e verdugos da GPU se explica pelo fato de que mesmo a fraude mais fantástica, deve, sem dúvida, ligar-se com certos elementos da realidade. É preciso recordar que a GPU se encontrava em dificuldades.

Apesar de que a “conspiração”, tal como se explica agora, havia começado já desde 1918; apesar do grande número de “centros” terroristas, cujos membros foram alguma vez dirigentes tradicionais do Partido Bolchevique, membros do Comitê Central e do governo; e, finalmente, apesar da conspiração dos generais do Exército Vermelho (o marechal Mijail N. Tujachevski, o general I.E. Iakir e outros), em realidade – isto é, no domínio destas três dimensões – o mundo não viu um golpe de estado, uma insurreição ou atos terroristas, mas somente prisões, deportações e execuções.

Atualmente, a GPU poderia somente evocar um só ato verdadeiramente terrorista, o assassinato de Seguei Kirov. Este foi cometido por um jovem comunista, Leonid V. Nikolaev, em dezembro de 1934, por razões desconhecidas, provavelmente pessoais. O cadáver de Kirov apareceu invariavelmente em todos os julgamentos políticos dos últimos três anos. Assim, todos os demais assassinaram Kirov: a Guarda Branca, os zinovievistas, os trotskistas e os direitistas.

Mas esse único recurso também se esgotou. Para que a GPU pudesse manter em pé o vasto edifício da “conspiração”, tinha de descobrir novas vítimas do “terror”. Era necessário encontrá-las entre os dignitários mortos mais recentemente. Mas posto que os dignitários haviam sido mortos no Kremlin – isto é, sob condições que excluía a intervenção de “terroristas” de fora – era necessário recorrer à acusação de que os médicos do Kremlin tinham envenenado seus pacientes, de acordo, por suposto, com as instruções de Nilolai Bukarin, Alexei Rikov, ou o que é pior ainda, de León Trotsky.

À primeira vista, é surpreendente não encontrar Grigori K. Orjonikije, último chefe da indústria pesada, incluído entre as “vítimas”. À diferença dos três personagens antes mencionados, Orjonikije jogou um enorme papel político como um dos membros mais iminentes do Politburo (3).



Aqui chegamos a mais pérfida da “amálgama” jurídica. De acordo com as informações de Moscou, Orjonikije se opôs energicamente ao extermínio dos antigos bolcheviques. Ao tomar essa posição, estava completamente no seu caráter, posto que ele, mais do que ninguém no séquito de Stálin, conservou o sentido da responsabilidade moral e da dignidade pessoal.

Sua oposição no que diz respeito a um problema de tão grande importância representava uma fonte de enorme perigo para Stálin. Gorki só era capaz de lamentar e deplorar; Orjonikije era capaz de atuar. Desse simples fato surgem os rumores de seu envenenamento. Verdadeiros ou falsos, ditos rumores têm um caráter extremamente persistente.

Imediatamente, depois da prisão do doutor Levin, chefe do hospital do Kremlin, apareceu a informação na imprensa estrangeira no sentido de que o doutor Levin havia sido o primeiro a afirmar que a morte de Orjonikije poderia ter sido causada por envenenamento. Um fato absolutamente notável! O doutor Levin suspeitou que a GPU havia envenenado Orjonikije meses antes de que a GPU o acusasse de ter envenenado Kuibishev, Menshinski e Gorki.

Nenhum dos nomes dos três médicos restantes foi previamente relacionado com esse assunto. Mas é muito provável que as conversações sobre as causas da morte de Orjonikije tiveram lugar, precisamente, entre os médicos do Kremlin. Isto era motivo mais do que suficiente para as prisões. Estas, por sua vez, foram o ponto de partida para a criação da “amálgama”.

A resposta da GPU foi muito simples: Então vocês suspeitam que Orjonikije foi envenenado? Nós suspeitamos que vocês envenenaram Kuibishev, Menshinski e Gorki. Confessem! Não o farão? Então os executaremos imediatamente. Mas se vocês confessarem que o envenenamento se realizou sob as ordens de Bukarin, Rikov ou Trotsky, então podem esperar certa indulgência.

Tudo isso pode parecer incrível, mas tal é a essência dos Julgamentos de Moscou. Semelhantes julgamentos só são possíveis em uma atmosfera completamente envenenada sob a capa pesada e estritamente arrochada do regime totalitário.

-
- (1) Quatro médicos que sabiam demais. New York Times, 4 de março de 1938.
 - (2) Félix Dzerzhinski (1877-1926): fundador do Partido Social-democrata da Polônia e Lituânia. Em 1906, foi eleito para o Comitê Central bolchevique. Depois da revolução, foi comissário de assuntos do interior e primeiro presidente da comissão extraordinária para combater a contrarrevolução e a sabotagem (Cheka), chamada mais tarde GPU.
 - (3) G.K. Orjonikije (1886-1937): organizador da facção estalinista, esteve encarregado mais tarde da indústria pesada. Ainda que continuasse fiel estalinista, as circunstâncias de sua morte não são publicamente conhecidas.

(Extraído do livro “Escritos”, de León Trotsky, tomo IX, vol1, 1937-38)